

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

KARLA INAJARA DO AMARAL RAYMUNDO

"A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER": oralidade, escrevivência,
construção da identidade preta

RIO DE JANEIRO - RJ

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

"A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER": oralidade, escrevivência,
construção da identidade preta

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em serviço social, pelo curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientado por professora Gracyelle Costa Ferreira.

RIO DE JANEIRO

2021

KARLA INAJARA DO AMARAL RAYMUNDO

"A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER": oralidade, escrevivência,
construção da identidade preta

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em serviço social, pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Professora Gracyelle Costa.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Vanessa Ribeiro Teixeira, professora da Faculdade de Letras da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Mirela Farias Rocha, professora da Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Elaine Martins Moreira, professora da Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Esse trabalho é dedicado aos meus mais velhos, em especial minha rainha Elisabete do Amaral Raymundo, pois nada seria possível sem eles.

AGRADECIMENTO

Agradeço por cada passo dado. Todo esse percurso não seria possível sem a força ancestral que habita em mim, sem os passos dos meus mais velhos e sem a regência dos meus orixás, Ogum e Iansã, que me dão garra, coragem, força, inquietude e amor nesse percurso que é tão árduo.

Agradeço a minha mãe Elisa por ter me colocado nesse mundo, ter lutado por mim sempre e ter me dado os meus irmãos e irmãs, José Luiz, Jonatas, Ailton, Cátia, Nilson, Saionara, Roselaine, Eliane, Roselaine Cruz, Valdomiro, Ailton, Karen, que mesmo em meio a loucura que vivíamos, fez de tudo para nos mantermos juntos e trilhar um caminho de vitórias. Agradeço pelas brigas e brincadeiras, pois me ajudaram a formar essa que sou hoje. Agradeço aos meus mais de 60 sobrinhos e sobrinhas, que me deixam com o coração na mão, mas me ensinam a ter paciência e transmitir amor.

Agradeço às tantas pessoas maravilhosas que encontrei pelo caminho, as quais as vivências no Sul me trouxeram e que não me deixaram desistir: Fabi Machado, Amália, Mathilde, Pamela Amaro, Camila Ribeiro, Liziane Guedes. À Pérola, irmã mais nova que o mundo me deu. Ao Ilson, Gisele, Lilian que são meus e minhas parceiras para a vida. Henrique, Wellington e Rafael, homens de escuta sensível e acolhedora. Um agradecimento em especial as minhas amigas/irmãs; Dina Prates, por toda irmandade nesses 10 anos, por estar sempre fomentando os meus sonhos, me ouvindo e embarcando nas minhas loucuras; e Camila Zarite, que me aguenta todos os dias, pela troca, amizade e cuidado nesse processo, pois nosso encontro foi de almas.

Agradeço a comunidade da vila Maria da Conceição que me viu crescer e dar passos fora da caixa. Agradeço todas as pessoas que me inspiraram, que me acalentaram, me deram ouvidos, que acreditaram em mim. São muitas, todas não cabem aqui. Agradeço a coletividade preta que ajudou e me ajuda a construir a minha identidade.

RESUMO

Trazendo a oralidade como um instrumento de interlocução com a literatura negra-brasileira, sendo estes, universos que parecem distantes, mas que interligam através da oralidade e grafia de mulheres pretas ao longo da história brasileira, podemos perceber como a sociedade se transforma. É pela referência, resistência e resiliência das mulheres pretas que precisamos transcender e entender que o presente precisou/precisa de uma velha base e a possibilidade de mudanças, que consequentemente irá ajudar a direcionar o futuro. Nesse sentido, a educação formal precisa olhar para a oralidade das mulheres pretas e suas escrevivências, valorizando esse legado e não transformando em um espaço de deseducação e desvalorização dos saberes pretos.

PALAVRAS CHAVES: oralidade, educação e racismo, serviço social e escrevivência

LISTA DE SIGLAS

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CRESS - CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

MNU - MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

PUC/RS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: ORALIDADE PRETA: O SABER ANCESTRAL ECOA.....	15
1.1. A conexão ancestral da oralidade e literatura negro-brasileira na educação	
15	
CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO FORMAL COMO DESEDUCAÇÃO DO PRETO	26
2.1. A identidade e educação preta forjada na história branca	26
2.2. Preto é mais que uma cor: é conhecimento	29
2.3. Um olhar amefrikano do Norte e do Sul: a deseducação do preto.....	36
CAPÍTULO III: EDUCAÇÃO E SEUS ACESSOS	48
3.1. As instituições ensino brancas e a potência preta	48
3.2. Eu, cria do Sul	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (CONCEIÇÃO, 2005. p. 21).

A literatura brasileira, em sua maioria, tem as pessoas pretas como objeto de estudo e escrita, mas sempre como o escravo, o subalterno, a preta objeto sexual, o marginal. Marginaliza e cria no imaginário da sociedade um povo passivo e incapaz. Ser curiosa, amante das histórias faladas (oralidade) e amante da escrita, me fez ser alguém que lia. Eu, mulher preta, a partir do movimento da leitura, percebi que não estava naquelas histórias. A minha cabeça gritou quando nova, mas o acesso que tinha me limitou em vários momentos. Conforme fui crescendo, fui percebendo os caminhos que eu poderia tomar, mas sempre foi preciso saber e entender o que priorizar entre os estudos e a labuta.

A educação da população preta passa por vários processos que refletem na literatura negro-brasileira, e a oralidade e ancestralidade preta são componentes na educação, dentre as tantas formas de educar. Passando desde a vivência de casa ao Estado que é agente de mudanças. E na perspectiva de Estado de mudança vamos de encontro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assim como a lei 10.639/03 que são leis de formulação voltadas para direitos educacionais. E quando direcionamos a profissão de assistente social, o inserindo na área da educação nos possibilita pensar na transformação, na construção de uma educação antirracista. Aline Batista de Paula pontua que:

*As transformações ocorridas na Política de Educação, que seja na Constituição de 1988, ou através buscaram incorporar um viés mais democrático, buscando, dentre outras coisas, o respeito a diversidade e complexidade da população brasileira. Ambas as legislações demarcam como princípio fundamental a *Educação enquanto direito de todos*. Em seu artigo 3º, a LDB, dentre outros elementos, ressalta a *igualdade de condições para acesso e permanência na escola* (PAULA, 2018. p. 02).*

A partir do entendimento que educação é direito de todos, me reporto ao meu processo de aprendizagem que se assemelha a diversos pretos e pretas no Estado Brasileiro, e que criam caminhos para se estruturarem em meio ao racismo estrutural e institucional. Que buscam na educação tanto formal quanto informal, uma maneira de não ser só mais um sobrevivente em meio ao caos. A necessidade de se ver, de saber quem são, através da oralidade preta que está no rap, no samba, na música em geral, na voz da mãe preta. Eu busquei pessoas e escritos que me contemplassem, sendo na maioria das vezes músicas de rap e samba. Eu escrevia, mas com medo de mostrar para as pessoas, pois as poucas vezes que mostrei, fora do meu lugar de vivência, não foram muito bem recebidas. As pessoas pouco queriam saber do cotidiano do morro onde eu morava, da falta das coisas e da violência daquele lugar, nem mesmo das coisas boas que saiam de lá. Me escondi por muito tempo, guardei minhas palavras, rasguei meus escritos, desacreditei de mim, adoeci.

Em 2009 me resgatei, comecei a fazer um pré-vestibular social e com isso a escrita voltou. Para entrar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tu tens que fazer as leituras obrigatórias, pois as perguntas de literatura e português se baseiam nelas. Nessas leituras obrigatórias tinha Machado de Assis, que eu já tinha ouvido falar e até tinha começado a ler Dom Casmurro, mas não tinha me aprofundado. Li os 12 livros necessários e fiz provas antigas de literatura, e nesse processo eu estava me reconectando com a escrita, acertando quase todas as questões. Junto com a felicidade dos acertos, estava minha vontade de escrever.

Comecei a escrever poesias, poemas, contos. Era muita bagunça na minha cabeça, e essa bagunça eu colocava no papel. Aos 24 anos, ainda apanhava das palavras: algumas não conhecia bem, reflexo de um ensino com lacunas e defasado. Escrevia faltando letras (ainda me perco), mas eu sabia o sentido daquilo e quis aprender mais sobre a arte de *escrevinhar* e sempre tento colocar da melhor da melhor forma. O trabalho é árduo, mas não deixei a escrita fugir de mim.

No mesmo ano de 2009 eu li CUTI e Oliveira Silveira, dois autores negros importantes para a literatura negro - brasileira. A ansiedade de ler mais e mais escritores que eu me identificava aumentava a cada dia. Quando eu ia em rodas de rima, a gente falava de tanta gente que fazia diferença nos nossos lugares e esses

autores faziam parte disso. Ler mais escritores pretos e escritoras pretas era a meta. Eu ouvia tantos nomes, mas o acesso ao material dessas pessoas era difícil há uns 10, 11 anos atrás. Mesmo tendo passado um bom tempo, o acesso a materiais de pessoas pretas ainda é difícil.

Quando mais nova, eu era tão inquieta por querer aprender que nessa inquietude acabei fazendo a primeira comunhão que concluí aos 14 anos. A igreja era um dos poucos lugares de saber escrito e respeitado dentro da favela, então fazer a primeira comunhão era estar em um lugar diferente dentro da vila, um certo status. A missa era afro, tinha tambor, atabaque, pandeiro, um padre com indumentárias africanas e a comunidade preta, pessoas que eu conhecia, até parentes frequentavam aquele espaço, o que me chamou atenção e me fez ir até lá. Quando mais velha, compreendendo mais as coisas, fui entender a inserção da igreja católica naquele espaço, o que me deixou com muita raiva. O padre era um homem branco, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Se ele era professor na PUC, por que não levou mais para a favela além da catequização? Usava as nossas raízes africanas, mas não falava de como éramos e das possibilidades que tínhamos fora da favela. Imagine a cabeça de uma jovem por volta de 14 anos, com várias questões, que está descobrindo seu corpo e os passos que pode dar para além da favela; que ouviu inúmeras vezes que não daria certo, que ia ser mais uma marginal.

Nesse sentido, cabe destacar um trecho de Eduardo Oliveira, quando diz que:

Uma estratégia de dominação efetiva é alienar do sujeito cultural sua possibilidade de produzir os significados sobre seus próprios signos idiossincráticos. Uma vez alienado, desvia-se a produção de significados sobre a sua cultura agora explorada semiótica e economicamente. (OLIVEIRA, 2020. p. 01)

Em 2011 fui apresentada a Cristiane Sobral com o livro *Não vou mais lavar os pratos* e à Conceição Evaristo com *Ponciá Vicêncio* (livro que teve sua primeira edição em 2003). Das poucas páginas que pude ler no momento que peguei, o que li fez meu corpo sentir a força das palavras escritas por elas. Esses livros mexeram comigo. Eu fiquei enlouquecida querendo comprar os livros, mas sempre faltava grana. Na época, eu trabalhava em uma partição de pós-graduação da UFRGS. Lá

eu tinha acesso a internet, assim eu ficava pesquisando, procurando material das autoras, mas não foi fácil de encontrar. Sempre que dava eu lia poesias, partes dos livros, mas eu queria os livros inteiros. Quando eu consegui comprar, eu mergulhei em lágrimas quando li a fundo as palavras delas. Quando direcionei o meu olhar para a escrita dessas duas mulheres, muita coisa fez sentido e aumentou mais a minha inquietação.

A primeira vez que as vi ao vivo, no auditório da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na palestra intitulada “Escritoras Negras em Expressão”, em agosto de 2014, estar naquele espaço foi um dos melhores momentos da minha vida. Aquilo foi algo que até hoje guardo em minha memória. Eu comprei o livro *Ponciá Vicêncio* diretamente das mãos da própria Conceição Evaristo, e *Não vou mais lavar os pratos* das mãos de Cristiane Sobral, momento em que ambas autografaram suas obras. Desde o período em que li os livros pela primeira vez até comprá-los, foram quase 4 anos. Ainda hoje não tenho toda a bibliografia delas, pois sempre tenho que escolher entre comprar livros e o feijão. Escolhas feitas a partir de perspectivas de desenvolvimento diário.

A presente experiência de escrita encarna a proposta de dar visibilidade a trajetórias de famílias pretas por meio da oralidade e da *escrevivência* preta, sendo uma abordagem decolonial e crítica do modo de produzir conhecimento imposto pela ciência moderna. A abordagem tem um modo exploratório e explicativo, com base em pesquisa bibliográfica e vivência preta brasileira, com observação da vida real das famílias pretas como suporte para a escrita, contestando a existência de uma democracia racial, dentro de um Estado patriarcal, com a estrutura racista que complementa na aceitação da pessoa preta na sua condição de sobrevivência. A base será a oralidade preta e a literatura negro - brasileira como forma de educar e disseminadoras de conhecimento das histórias reais pretas e/ou africanas que foram apagadas do imaginário social brasileiro, alijando um processo de construção do saber de milhões de vidas.

Nesse processo de encontros entre oralidade e literatura negro-brasileira, há um caminho onde vivências de famílias pretas, assim como a minha, se registram. Com a inquietação, pensando no sujeito mulher preta, que me cabe, acredito que a pesquisa qualitativa e bibliográfica se casariam na construção do meu trabalho de

conclusão de curso. Pensando a partir de um olhar periférico e preto, para um olhar de um lugar branco de "inclusão" do preto, me ajudaria na compreensão da trajetória da mulher preta, que é pilar de famílias pretas, com base na pesquisa feita a partir dos escritos literários de *escrevivência* preta da escritora Conceição Evaristo e do escritor CUTI.

No entanto, por ter que buscar em outros campos respostas para as inquietações e provações que me trouxeram ao longo do curso, também vejo o meu processo de pesquisa dando caminho para a pesquisa exploratória e explicativa, pois apresento autores não usuais no Serviço Social, com uma temática pouco abordada na Escola de Serviço Social da UFRJ, possivelmente trazendo outros olhares para formação social brasileira na construção da profissão de Assistente Social.

Nesse contexto, para Lakatos e Marconi (2003, p. 188): “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2002, p.41). Ainda segundo Gil, a pesquisa explicativa:

(...) tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2002, p. 42)

Dentre os processos, também está a observação da vida real, pois o problema surge de situações reais observadas no cotidiano de famílias pretas de uma forma individual. A partir desses métodos de pesquisa usarei a categoria *escrevivência*.

O desejo de falar para os meus, sobre os meus, de estar em um curso (Serviço Social) com um número grande de mulheres, e perceber que é um dos que mais tem mulheres pretas, mas não vê-las nos corredores como professoras me inquieta. Onde estão? Ao adentrar nos estudos voltados para o Serviço Social, concomitantemente dos estudos feitos a partir da literatura negro-brasileira, me suscitaram questionamentos que fizeram ligações às ações e entendimentos. Com isso, hoje consigo entender melhor alguns caminhos e posso ver o reflexo da contribuição da população preta na formação social brasileira.

CAPÍTULO I

ORALIDADE PRETA: O SABER ANCESTRAL ECOA

1.1. A conexão ancestral da oralidade e literatura negro-brasileira na educação

Talvez o primeiro sinal gráfico, que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus, os mais antigos ainda? Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas (EVARISTO, 2007, p. 16).

Ao ler escritores como Conceição Evaristo, Lima Barreto, Ana Maria Gonçalves, CUTI, Carolina Maria de Jesus, Solano Trindade, Machado de Assis, Duan Kissande, Pâmela Amaro, entre outros literários pretos, faço a ligação da escrita literária que se encaixa no cotidiano de famílias pretas com Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, entre outros pensadores da formação social brasileira, junto a abordagem da vivência de famílias pretas que carregam na voz o saber que ecoa.

Existe na literatura oral africana um gênero chamado oriki. Oriki é um canto de louvor onde fica ressaltada a importância daquele ou daquela que é cantado/a (LITERATURA AFRO-BRASILEIRA, 2006. p. 96).

A oralidade, a vivência das mulheres pretas, no âmbito das famílias pretas fazem parte da formação social brasileira. São inúmeros questionamentos, relatos e dados de como a escrita literária preta pode ser e é primordial para o conhecimento e reconhecimento do ser preto dentro da sociedade brasileira.

Somos sementes energéticas e nossa genética está mudando, transitando há mais de um milhão e meio de anos. O congolês Dr. Fu-Kiau (2009), em uma palestra intitulada *Fu-Kiau: Ancestrais*, nos trouxe a perspectiva da Cosmologia Bantu-Kongo, concepção de que somos sementes. Segundo ele, “africanos não veneram os mortos”. Também questiona e aponta: “Quem são os chamados ancestrais? Quem são eles? Ancestrais são pessoas especiais. Eles fizeram a passagem.” Trazer o Dr. Fu-Kiau Bunseki para essa escrita é essencial, pois o mesmo, hoje um ancestral, nos trouxe e ainda traz uma reflexão sobre quem somos,

nossa origem e quem fomos nesse percurso, desde o nascimento até o processo de virar um ancestral.

Suas colocações vão ao encontro a educação oral e ancestral que vemos na literatura negro-brasileira de Conceição Evaristo e CUTI, por exemplo, mas também temos um paralelo com as narrativas encontradas nos escritos de Abdias do Nascimento relatadas nos Livro *O quilombismo e o Genocídio do Negro Brasileiro, que* também nos permite dialogar com o período escravocrata, relatado no livro *A História do Negro Brasileiro*, de Clóvis Moura, até mesmo com o processo de luta, escrita e estudos feitos por José do Patrocínio e Maria Firmina dos Reis no período abolicionista. Temos Lélia Gonzalez que nos inquieta e traduz a vivência da mulher negra, abordando a nossa fala dentro da língua portuguesa, definido por ela como "pretoquês", que, segundo ela, "nada mais é do que a marca de africanização do português" (GONZALES, 70. p. 70) nessa diáspora africana.

Esses e tantos autores nos fazem pensar na educação do ser preto no Brasil e que é preciso buscar no continente africano o que nos foi tirado, negado, buscar nos nossos mais velhos, nos nossos ancestrais, porém, também andar com a sabedoria de nossas crianças, pois as crianças também educam. A oralidade preta traduz a ancestralidade, dá a imagem de quem somos e nos educa. O Dr. Bunseki Fu-Kiau nos mostra o poder das cargas energéticas ancestrais da nossa comunicação e ligações energéticas a partir do bantu-kongo:

A vida é fundamentalmente um processo de comunicação constante e mútua, e comunicar-se é emitir e receber ondas e radiações [minika ye minienie]. Esse processo de receber e liberar/transmitir [tâmbula ye tambikisa] é a chave para o jogo de sobrevivência do ser humano. Uma pessoa é constantemente banhada pela carga das radiações [zitu kia minienie]. A carga [zitu/demo] das radiações pode ter um impacto negativo ou positivo sobre qualquer pequeno ser, por exemplo, uma pessoa, que representa o "kolo" (nó) mais vibrátil das relações. (FU-KIAU, 2001, p. 113-114).

Partindo do continente africano trazendo esses saberes para o Brasil, um Estado patriarcal, em que as mulheres pretas estão na última escala, sendo pilares, vigas e concreto na construção dessa sociedade. Mulheres afrodiaspóricas que mesmo sem tempo não param no tempo e vivem no processo de cuidar, transmitir e

fazer. Para além das mulheres pretas, as famílias pretas não podem esperar por tempos bons: elas precisam fazer com que os tempos se tornem bons, mesmo tendo como ferramentas a miséria e a falta de emprego. De forma mais ampla, ao africano foi-lhe tirado o direito de aprender, estudar, conhecer a língua portuguesa da melhor maneira e foi tirado do seu imaginário a sua própria linguagem. Ele aprendeu por si, carregou nas palavras do colonizador as marcas do racismo e na voz a resistência e o caráter.

A oralidade preta ecoou nas Américas e a ventania de lansã a levou para os quatro cantos do Brasil. Chegou e resistiu à miséria em um dos Estados brasileiros com o racismo mais explícito, o Rio Grande do Sul, sabedoria preta que fez morada e ergueu-se, mesmo com o racismo que reflete nos corpos pretos, que antecede 1500. No contexto de miséria, Conceição Evaristo (2003) nos trás a vivência do cotidiano de pessoas no personagem de Ponciá e a importância da mãe; “Lembrou-se dos biscoitos fritos que a mãe fazia. Abriu a trouxa (semelhante que levava quando partiu) e de lá retirou um pedaço de pão com linguiça. Comeu a merenda desejando um líquido. Saboreou na lembrança da língua o gosto do café da mãe” (EVARISTO, 2003. p. 50). A água ludibriou a fome com ervas fervidas, à espera da noite, da chegada da mãe na esperança que ela carregasse sacolas, pois eram certeza de refeição: angu, pirão, feijão, arroz, grãos, raízes para matar a fome. As mães pretas matam a fome, dão esperança em meio à desesperança em um Estado opressor. As mães pretas dão as melhores memórias dentre as ruínas diárias. A escrita de Conceição Evaristo evidencia essa realidade:

Às vezes as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com a minha própria infância. Lembro-me de muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida (EVARISTO, 2017, p. 16).

A mulher preta é a contadora de história, educadora, que sonha por ela e pelos seus. Seus filhos fariam diferente: não só sonhariam com dias bons como teriam, e assim seguem buscando dias bons. Nos escritos de Conceição Evaristo (2003) encontramos sonhos reais que foram fomentados pela mãe e os filhos com

um futuro diferente: “Quando voltasse para buscar os seus, haveria de ser uma história de final feliz” (EVARISTO, 2003. p. 37).

O inspirado coração de Ponciá ditava futuros sucessos para a vida da moça. A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites (EVARISTO, 2003. pg. 36).

A histórias africanas apagadas do imaginário das famílias pretas e o não conhecimento do seu passado, faz com que as pessoas pretas vivam da imagem do branco. O preto brasileiro não vê seu retrato nas paredes, nas ruas e não cresceu com as instituições de ensino tendo ensinamentos voltados para o aprendizado buscando liberdade do seu corpo e mente, mas sim na construção de uma alienação coletiva que se instaurou e se mantém firme.

O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da personagem negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tornando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural ou de interior, como uma árvore, ou um bicho, um móvel ou qualquer utensílio ou enfeite doméstico (CUTI, 2010. pg. 87).

CUTI: escritor, literário, pesquisador, autor, pai. Homem preto que tem sua escrita sobre e para pretos, que em suas obras nos faz refletir quem somos e que lugar o branco nos coloca. As suas obras não são lidas ou são pouquíssimo lidas na universidade. Nas escolas públicas, quanto mais particulares, são mais difíceis de encontrar, por isso não conhecemos, não adquirimos o olhar, não nos vemos intelectuais, detentores do saber. A imagem de bandido, vagabundo, um ser sem conhecimento, que não sabe falar se mantém. Clóvis Moura (1992), homem preto intelectual, cientista social no livro *História do Negro Brasileiro*, afirma que: “a apuração da nossa realidade étnica excluirá o branco como representatividade do nosso homem. Daí se procurar subestimar o negro no passado e a sua significação atual.” (MOURA, 1992. p. 09). Clóvis Moura também nos faz refletir os números de pretas e pretos escravizados e em que lugar estavam. O paragrafo abaixo nos dá numeros da obscuridade da escravidão:

Por ter sido a escravidão um fato de ordem nacional, a presença do negro, escravo ou livre, também se espalhou nacionalmente. Em 1872, quando a população negra escrava entrava já em declínio, os escravos constituíam

15,2% da população do país, nenhuma região tinha menos de 7 % de habitantes escravos e a taxa mais alta era de apenas 19,5%. Podemos por esses dados ver, de um lado, a expressão nacional da população negra escrava e, de outro, a progressiva diminuição dessa população percentualmente em relação ao século precedente. Convém salientar, porém, que nessas estatísticas não foi computada a população negra livre, o que aumentaria em muito esse percentual. Mas o certo é que o negro (quer escravo, quer livre) foi o grande povoador do nosso território, empregando o seu trabalho desde as charqueadas do Rio Grande do Sul aos ervais do Paraná, engenho e plantações do Nordeste pecuária na Paraíba, atividades extrativas na Região Amazônica e na Mineração de Goiás e Minas Gerais. O negro não apenas povoou, mas ocupou os espaços sociais econômicos que através do seu trabalho, dinamizavam o Brasil (MOURA, 1992. p.12).

É importante saber e contabilizar a quantidade de africanos escravizados no Brasil. Esse é um caminho que percorre quilombos e costeiras. É possível ver o reflexo através das comunidades quilombolas encontradas por todo o Brasil, assim como pelo plantio, arquitetura, cultura, comida, religião. A colônia africana no Brasil fez morada em todos os cantos, e mesmo com o projeto genocida do Estado, resistimos.

É embaraçoso comprovar que uma dinâmica fatal de erradicação vem ceifando vidas negras, ininterruptamente, há quatro séculos. E que, apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta à menor chance de recapturar os fios rompidos de sua própria história: começar e recomeçar o esforço de dignificar seu ser, enriquecer sua cultura original, elevando-a a um nível de verdadeira instituição nacional (NASCIMENTO. 1914-2011. p. 42)

Desde os africanos que foram mandados para o Sul do país para morrer de frio, aos que adentraram as matas partindo das costeiras praieiras abrindo clareiras, houve um processo de inserção e conhecimento do espaço geográfico feito sem saber aonde chegar, criando laços com a terra, com os rios e com povo originário dessas terras (sem romantização). Foram anos e anos sendo mão de obra escravizada por esse Estado, o que atualmente pode ser traduzido para a dita mão de obra barata.

O número de membros das famílias negras inseridos na força de trabalho é muito maior que aquele das famílias brancas para obtenção do mesmo rendimento familiar. Um dos efeitos desse trabalhar mais e ganhar menos implica no lançar mão do trabalho do menor. Por isso mesmo, a proporção de menores negros na força de trabalho é muito maior que a de menores brancos (e estamos falando daqueles que se encontram na faixa dos 10 aos 17 anos). Por aí se entende por que nossas crianças mal conseguem cursar o primeiro grau: não se trata, como pensam e dizem alguns, de uma "incapacidade congênita da raça" para as atividades intelectuais, mas do fato de que desde muito cedo, têm que "ir a luta" para ajudar na sobrevivência da própria família (GONZALEZ, 1984. p. 05).

A relação trabalho e a população preta no Brasil sempre foi exploratória, assim como relata Lélia Gonzalez em seu texto *Mulher Negra*, de 1984. Essa dinâmica mostra como o processo de educação foi e é excludente, tendo crianças pretas de 8, 9 anos já inseridos no mundo do trabalho, principalmente braçal, enquanto crianças brancas da mesma idade frequentavam escolas, tendo acesso ao melhor ensino. Pensar nos períodos, anos, séculos de construção da sociedade brasileira, nos faz passar pelas leis racistas, que não davam direito ao letramento. Dentre tantas, tivemos a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), que fez com as mulheres pretas parissem filhos "livres".

Mas como uma criança é livre sendo que depende dos pais? É tão óbvio, que as perguntas se tornam redundantes, é uma constante repetir e respirar os tantos porquês. Como? Quando? Onde? Dinamizar a mente a pensar nos processos passados numa realidade de era tecnológica, se deparar com ideias e comportamentos de 100, 150 anos atrás e perceber que mesmo os anos se passando, isso se perpetua. É doloroso pensar na criança preta que com 10 anos já tem que saber como se portar dentro de um supermercado e nas ruas, saber o que fazer quando vê a polícia, que roupa usar, que precisa andar com a nota do celular, ter em mente os olhares que receberá e que nunca pode andar sem documento, e que, mesmo sabendo de tudo isso, não vai deixar de ser alvo.

A infância preta na sociedade brasileira é construída através da violência promovida pelo Estado e sua estrutura racista. A criança preta cresce sabendo que seus direitos não são respeitados. Na realidade, as crianças crescem sem saber o que é direito ou direitos humanos. As famílias pretas são um reflexo da negação de um Brasil plural, construído com diversas mãos, com base escravocrata. Somos mãos e pés deste Estado, mas o Estado em suas políticas escanteia e continua com políticas não agregadoras e excludentes. O homem preto presidiário, a mãe preta faxineira, a criança se cria, se vira, trabalha ou vira pedinte em vez de estar na escola.

No caso das mulheres pretas, elas têm sua infância roubada, com seus corpos objetificados, que carregam as marcas, os pesos que lhe deram para ser a mulher forte sempre, a que não sente dor, mas que sana as dores. Não importa o Estado de origem, o processo é igual: corpos pretos sempre como o objeto a ser

usado. A mulher preta vai trabalhar na casa de família, mas ela não tem família?! Em *Ponciá Vicêncio*, Conceição no seu processo de *escrevinhar* fala sobre uma menina mulher da pele preta que desde novinha trabalhou para ajudar em casa, que tinha o sonho de aprender a ler e escrever.

Mulheres negras de baixa renda (1983), muito poucas, dentre nossas entrevistas, começaram a trabalhar já adultas. Migrantes na grande maioria (principalmente vindas de Minas Gerais, do Nordeste ou do interior do Estado do Rio de Janeiro), e muitas vezes já tendo “trabalhado na roça”, entravam na força de trabalho por volta dos 8-9 anos de idade para “ajudar em casa”. Desnecessário dizer que, nos centros urbanos, começavam a trabalhar em casa de família”, além de tentarem frequentar alguma escola. Pouquíssimos conseguiram fazer o primário (GONZALEZ, 1984, p. 06).

A Igreja chegava aonde o Estado não chegava, porém o processo de letramento tinha um preço: a catequização. Como diz Conceição Evaristo:

(...) quando já estava formando palavras, a missão acabou. Os padres foram para outros povoados, tendo deixado os casais amigados, casados; as crianças pequenas, batizadas; os maiores tendo comungado pela primeira vez os doentes ungidos (EVARISTO, 2003. p.28),

Sabendo que o racismo é estrutural, entendemos que a questão social que alcança pessoas pretas é um condicionante ao não letramento e a necessidade de trabalhar desde muito cedo. O racismo nem permite que a criança preta se veja fora de um ambiente de miserabilidade e subserviência. A criança, no seu processo de aprendizagem tem muito mais a oralidade e imagem como formas educacionais. Se essa criança está inserida em ambientes que ela não se vê, quem ela verá? Que evolução do tempo é essa que nos vemos no mesmo lugar, sofrendo as mesmas coisas? Que mudança é essa, em que como leitura praticamente obrigatória nas escolas o autor Monteiro Lobato, com seus livros racistas como referência?

Condicionar a educação das crianças pretas a quem não é o seu igual tem consequências. O racismo promovido pelo Estado dentro dos espaços de ensino, através do perfil branco do corpo docente, sucateamento das escolas, sem um projeto de acolhimento desde o material escolar à alimentação, promove a evasão escolar, o que condiciona a criança preta a não estar em um caminho tido como necessário para construção da vida, criança essa que já nos primeiros meses de

vida sofre com o distanciamento materno (antes pela escravidão passada, hoje pela exploração moderna), muitas vezes sofre pelo aprisionamento e morte paterna, o que a condiciona à marginalidade.

Nesse sentido, cabe questionar: Quais são os limites do racismo? O que racista nos "deu" para acreditarmos que estamos evoluindo? É entre 1 de 100 familiares estar na Universidade? É permanecer em um espaço mesmo adoecido mentalmente? Em que ponto a nossa liberdade é realmente liberdade? O que é liberdade? Não podemos negar as mudanças que aconteceram no mundo, mas a evolução e mudança vem com novas formas de exploração ou de manutenção das velhas. Abdias do Nascimento (2011) também se questionou, como podemos ver abaixo:

Qual a utilidade de um livro como este? Uma coerência fundamental entrelaçava os ensaios entre si: o objetivo comum de revelar a experiência dos africanos no Brasil e de relacionar essa experiência aos esforços das mulheres e dos homens negros-africanos de qualquer parte do mundo no sentido de reconquistar sua liberdade e dignidade humana, assumindo, por esse meio, o protagonismo de sua história (NASCIMENTO, 2011. p. 33).

As palavras de Abdias, a pergunta “Qual a utilidade de um livro como este?” me fazem voltar no porquê eu entrei na universidade, porque eu falo de oralidade, literatura, ancestralidade negra, africana. Porque é a busca e construção da identidade, a busca por equilíbrio, reconhecimento da ancestralidade preta. Abdias é um ancestral, ele buscou o equilíbrio. Suas ações voltadas para desmistificar a falsa democracia racial existente no Brasil, assim como proliferar entre um povo os ensinamentos do panafricanismo, movimento de luta pela união do povo africano.

A tomada de consciência ao se ver em um espaço que não foi projetado para pretos, e de que não estamos pedindo permissão. A permanência de corpos pretos se materializando nos corredores da UFRJ, especificamente nos espaços da ESS, tenho no presente a necessidade de falar por mim, sobre os meus e trabalhar por tais.

É preciso considerar a tradução negra em questão como manifestação e construção de real interesse em certas formas de enunciar e abordar as mais diversas matérias. Essas formas de enunciar e abordar emanam de subjetividades que foram, como se sabe, alijadas dos grupos culturais humanos capazes, entre outras coisas, dos pensares complexos; isso reforçado pelo racismo científico a ancorar os imperialismos do século XIX (TIGANA, 2018. p.7).

O apagamento da nossa história vem de um processo que não se esgota somente na invasão portuguesa em terras “brasis”. Por isso, a oralidade é um importante instrumento de interlocução na literatura negro-brasileira, é também uma forma de educar e emancipar a população preta. A literatura negra brasileira conta o processo de formação social brasileira, a oralidade é base para a população preta no Brasil e no mundo. É uma arte codificadora das linguagens periféricas, favelescas e assim como o racismo ela está na estrutura. A educação preta se materializa pela oralidade que está na escola de samba, no soar do tambor, na dança dos orixás, nos corpos pretos que compõem a sociedade, nas expressões religiosas, nos relacionamentos cotidianos. A oralidade se materializa no bailar das cantigas de roda, no jongo, na roda de samba, na ciranda de Lia de Itamaracá, ao bailar de Inaicyrá Falcão (colocar quem são no rodapé), na passista de escola de samba, a bailarina de ponta. Na ventania de lansã, na fertilidade e sensibilidade de Oxum, na garra de Ogum e encruzilhadas e caminhos de Exu. É na contação de história diária dos corpos pretos andantes, desbravantes das terras “brasis”. Com a literatura negro brasileira, se materializam as vozes caladas, gritantes, sufocadas, apagadas, resistentes.

Conceição Evaristo (2003), em suas linhas traz essas vozes caladas, mas resistentes. Nos mostra a confusão e adoecimento mental que vem com o não se identificar com o nome, com o corpo e mente que habita, o pensar de uma jovem mulher preta que se inquieta, mas que pouco sabe explicar em palavras o que tudo sente:

Ela [Ponciá] gastava todo o seu tempo com o pensar, com o recordar. Relembra a vida passada, pensava no presente, mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro. O amanhã de Ponciá era feito de esquecimento. Em tempos outros, havia sonhado tanto! Quando mais nova, sonhara até em um outro nome para si. Inventava outros... sentia-se ninguém. Tinha, então, vontade de choros e risos (EVARISTO, 2003. p. 19).

“Pedi ao homem que não a chamasse mais de Ponciá Vicêncio. Ele, espantado, perguntou-lhe como a chamaria então. Olhando no fundo e desesperadamente nos olhos dele, ela respondeu que poderia chamá-la de nada (EVARISTO, 2003. p. 20).

As relações se criam num processo de não conhecimento, e seguem em um processo de adoecimento que gera violências que vão percorrendo com tanto trabalho a ser feito para se sentir seu corpo liberto. A crença em si, a procura de uma identidade roubada, a pessoa preta trabalha, trilha um caminho em busca de humanização da sua essência, do seu corpo político que vagueia as vielas, corpo que ama e pensa, que teme admirar a cor da sua pele que combina com outro corpo preto. Aimé Césaire (2010), fala dessa busca por libertação e identidade, ao tratar do seu conceito “negritude”:

A Negritude, aos meus olhos, não é uma filosofia. A Negritude não é uma metafísica. A Negritude não é uma pretenciosa concepção do universo. É uma maneira de viver a história dentro da história; a história de uma comunidade cuja experiência parece, em verdade, singular, com suas deportações de populações, seus deslocamentos de homens de um continente a outro, suas lembranças distantes, seus restos de culturas assassinadas. Como não crer que tudo aquilo que tem sua coerência constitui um patrimônio? É preciso mais para construir uma identidade? Os cromossomos me importam pouco. Mas eu creio nos arquétipos. Eu creio no valor de tudo aquilo que está enterrado na memória coletiva de nossos povos e mesmo no inconsciente coletivo. Eu não creio que se chegue ao mundo com o cérebro vazio, como se chega com as mãos vazias. Eu creio na virtude formadora das experiências seculares acumuladas e do vivido veiculado pelas culturas [...] Vale dizer que a Negritude, em seu estágio inicial, pode ser definida primeiramente como tomada de consciência da diferença, como memória, como fidelidade e como solidariedade (CÉSAIRE, 2010, pp.108-109).

As palavras da mãe preta ecoam: *estude minha filha, porque com estudo tá difícil, sem ele [o estudo] é pior*. Só que a mãe não sabia que a escola que ela mandava os filhos todos os dias, assim como estava para lhes ensinar, também estava para deseducar. As mulheres pretas, que sempre estiveram na frente de tudo e todos, na maioria das vezes não sabiam, não sabem, que elas são além da força dita dos seus corpos que aguentam tudo, são pessoas tomadas de inteligência, sabias, o som das palavras vindas das mulheres pretas criadoras de seus filhos e filhos alheios, possuem significados para além das matérias escolares. Quem tem medo do saber preto?

E com vontade coletiva que se fazem as particularidades culturais, dignas de serem estudadas e para servirem de aprendizado a fim de formar e fazer saber sobre o país. Uma vontade coletiva nasce com a persistência de

pessoas que transmitem princípios e noções aos mais jovens (CUTI, 2010, p. 115).

A escrevivência que me cabe, passa por um processo de passado, presente e futuro, e nesse caminho a literatura negro-brasileira nos mostra como o nosso andar coletivo nos trouxe até aqui, mas ao mesmo tempo nos mostra como sem a coletividade, sem o aquilombamento, nos perdemos nas promessas brancas racistas.

Estar entre os muros de uma escola ou de uma universidade, nos apresenta vivências que são passadas por gerações. Devemos abrir os olhos, apurar os ouvidos para as palavras dos nossos ancestrais, que precisam ser repetidas, registradas, transformadas e usadas a nosso favor. A fugacidade das vivências que se constroem hoje se correlaciona com o fim dos nossos. A educação formal dá conta de tudo? Por que afrocentrar a educação causa tanto temor? O que me educa? O que te educa? E a oralidade preta, qual o espaço dela nesse processo de ensinamento escolar, na construção do saber?

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO FORMAL COMO DESEDUCAÇÃO DO PRETO

2.1. A identidade e educação preta forjada na história branca

Quais são as margens da vida? Quais são as perspectivas para o futuro? O que é o futuro para um jovem preto? Vejo tudo e nada vejo, são tantas sementes plantadas, são tantas sementes a serem colhidas, mas quantas delas darão frutos? As perguntas não acabam. E as respostas, quem as dará? A mente se encontra num limbo com a falta de narrativas, com as histórias pretas não contadas, registradas. Onde as vidas pretas estavam em 1600, em 1920, onde estão nos anos 2000? Que escuridão é essa que paira na nitidez sem repostas? A mente acelera diante do processo do que é ser um sujeito andando nas ruas, junto das suas histórias não contadas, das histórias criadas, entre as histórias que se repetem e apagam a vida de um jovem preto (RAYMUNDO, 2019, p. 236).

Existe um ditado popular, que diz que: “o futuro a Deus pertence.” Quando penso nesse ditado, me vem a quem as pessoas pretas pertencem. A nossa identidade foi forjada pela catequização das nossas mentes e corpos. No Brasil, a educação recebida pela pessoa preta foi a deseducação de quem o preto foi, é, e será, ou seja, a educação da pessoa preta passa por um processo de desvalorização e negação dos saberes ancestrais que constituem a história do passado, presente e futuro de um povo. As narrativas construídas na desconstrução de um povo transformou mentes e instruiu caminhos que fizeram sangrar, que ainda sangram. Nós nos pertencemos?

A infância para a maioria das pessoas pretas é a sombra de um passado sombrio. É o ir para escola, lugar tido como o local do saber, mas ser o lugar onde uma criança preta mais sofre racismo. É o lugar em que é colocado para se desenvolver, mas é o lugar que a oprime. A escola é o lugar que repete o passado deseducador.

O pai de Ponciá sabia letras do alfabeto. Sabia de cor e salteado. Em qualquer lugar que visse as letras, as reconhecia. Não conseguia, porém, formar as sílabas e muito menos as palavras. Aprenderá a ler as letras numa brincadeira com o sinhô-moço. Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo onde o mocinho galopava sonhando conhecer todas as terras do pai. Tinham a mesma idade. Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro caía escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o

gosto da urina ou se o sabor das suas lágrimas. Naquela noite teve mais ainda do pai. Se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, tanto e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros lugares e trabalhos? (EVARISTO, 2003. p.17).

As relações pautadas na violência física, uma educação corporal agressiva que fora recebida da vida, o não conhecimento e entendimento do adoecimento mental. Não fomos educados a cuidar da psique, assim culminando em auto ódio.

Conceição Evaristo nos provoca em seus escritos, nos traz a realidade de um Brasil escravocrata, nos permite ver a real história, registra um Brasil real para nós, indo contra a escrita branca romantizada e fetichizada. A vivência do pai de Ponciá retrata um Brasil de objetificação de corpos pretos desde o nascituro, o ser sem alma, sem direito à vida, sem conhecimento. Quando voltamos nosso olhar para as favelas, encontramos as linhas descritas por Conceição em cada casebre, em cada relação patrão-empregado.

Tendo a cidade do Rio de Janeiro como exemplo, por onde hoje estão os caminhos que trilho na minha jornada, é preciso atravessar o portal e dimensionar o meu olhar e corpo para além do muro que divide uma das principais avenidas do país: a Presidente Vargas, situada entre a Central do Brasil e o Palácio Duque de Caxias, que tem o principal caminho para a primeira favela do Brasil, a Providência. Um muro que percorre toda a avenida, que atrás dele estão os trilhos do metrô, os trilhos do VLT (que passa dentro da favela, mas não têm um ponto dentro dela para que os moradores possam usufruir), veículo que passa por lixão, casebre de lata, cracolândia, prostituição, criança correndo, bala comendo, etc. É subir o morro e ver sonhos roubados sendo recriados.

A Central do Brasil direciona corpos e lutas na metrópole do Rio de Janeiro, mas em cada canto desse país vemos seus muros limitando passagens e apagando vidas. Percurso e vivências que educam: a rua educa. As identidades forjadas nos caminhos que são percorridos por milhares de pessoas, que transformam tantas outras em objetos. “Objetos” esses que incomodam, porque unem a cor da pele preta e pobreza gritante que estão na sociedade. Pessoas que são objeto direto de estudo nas universidades.

A luta comum dos povos negros e africanos requer o conhecimento mútuo e uma compreensão recíproca que nos têm sido, além de outros motivos, pelas diferentes línguas que o colonizador impôs sobre nós através do monopólio dos meios de comunicação e do seu controle exclusivo dos recursos econômicos, das instituições educativas e culturais. Tudo isso tem permanecido a serviço da manutenção da supremacia racial branca (NASCIMENTO, 1914-2011. p. 37).

Voltar o pensar para a formação social do Brasil e a literatura negro-brasileira é ver que a distância entre a escrita ficcional e a realidade quase não existe, pois as palavras escritas partindo do imaginário do preto brasileiro reverberam a oralidade na poética de vivências, e não apenas um roteiro da fórmula Shakespeariana de escrita novelesca. CUTI (2010), no livro *Literatura Negro-Brasileira*, reflete sobre a demarcação racista nas obras dos brancos e como está dado em nossa subjetividade:

Critérios de aferição objetivas não são descartáveis, mas limitadas. O critério vocabular, por exemplo, é um caso. vários escritores arrolam e seus textos termos e expressões de origem africana no afã de fazer uma literatura para os negros, ou com eles se identificar. Sem vida, tais textos não passam de adereços que fazem do culturalismo um culto de ideologia como má-fé. assim, o Modernismo aproveitou termos e noções do folclore para compor obras de arte, tanto na pintura quanto na literatura, passando ao largo das inúmeras situações de conflito vividas pelos agentes da manifestação cultural utilizada. Idealizaram as populações pobres por meio de um processo ideológico de infantilização, caracterizando-as como ingênuas e conformadas. Folclorizaram-se as manifestações de origem africana. O candomblé, sendo uma religião, passou e ainda passa por isso. Folclorizar é retirar o conteúdo vivencial que, por ser conteúdo humano, traz conflitos. É esvaziar a possível carga transformadora que determinada área da cultura pode ter. A ingenuidade acaba sendo produzida para operar o efeito de conformismo ante os desafios da vida (CUTI, 2010. p. 90).

Em paralelo com a reflexão do CUTI, Conceição (2003) aborda como o ser negro desde erê está colocado para servir das piores e qualquer maneira, porém também coloca a não passividade, a ira, a dor:

Pajem do sinhô-moço, escravo do sinhô-moço, tudo do sinhô-moço, nada da sinhô-moço. Um dia o coronelzinho que já sabia ler, ficou curioso para ver se o negro aprendia os sinais, as letras de branco e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço se certificou do que o negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que negro ia fazer com o saber de branco? O pai de Ponciá Vicêncio, em matéria de livros e letras, nunca foi além daquele saber (EVARISTO, 2003. pg. 18).

O negro sabido nos apresenta o passado e as amarras presentes que estão sendo desmanteladas para um futuro preto furtivo. No entanto, o processo de construção do futuro para nós, já tem mais de 500 anos. A liberdade que nos foi “dada”, caracteriza uma prática brancóide de caridade em que transforma o Brasil em um Estado de democracia racial que na prática não existe. Conceição nos joga no colo a realidade. Diversas violências foram sofridas por pessoas pretas, durante suas vidas e a reprodução das mesmas violências em suas famílias, a vivência em um lugar não quisto. Nesse sentido, Abdias do Nascimento pontua em *O Quilombismo*:

“Democracia racial”, cuja técnica e estratégia tem conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente; tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho (NASCIMENTO, 1914-2011. p. 35).

Ele ressalta que:

A história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia (NASCIMENTO, 1914-2011. p. 35).

2.2. Preto é mais que uma cor; é conhecimento

Sabendo que o tráfico humano teve início muitos anos antes de chegada dos primeiros pretos escravizados no Brasil, que há evidências, registros e evidências na história que em 1444 já era realizado: “Apesar de a bula *Romana Pontifex* ter sido assinada pelo Papa Nicolau V em 1445, é importante destacar que desde 1444 os lusos já praticavam o infâme comércio de vidas humanas” (FONSECA, 2009. p. 34), que possibilitou que os lusos explorassem mais os mares e a comercialização humana, pois os africanos escravizados (nesse período em sua maioria vinda da parte costeira da Guiné, povo que já tinham um domínio grande das técnicas de

plântio), passaram a desenvolver o trabalho na agricultura, dentre outros trabalhos executados.

Em 1518, a Igreja Católica apoiava o tráfico humano para as Américas junto com Portugal, assim como outros países do continente europeu. “As bases portuguesas deslocaram-se para as ilhas de Cabo Verde, enquanto franceses e britânicos faziam o tráfico em Goreia, perto do que hoje é Dacar” (MELTZER, 2004, p. 242 apud FONSECA, 2009 p. 35). Em 1533, Pero de Góis registrou “dezessete peças”, ou seja, os primeiros africanos desembarcados nessas terras. Em 1550, a população banto era a maioria dos escravizados no Brasil, lugar para qual trouxeram muito conhecimento, que até hoje reflete no sistema da agricultura do país e na cultura como um todo.

Africanos vieram de diversas partes do continente; Congo, Nigéria, Senegal, Angola, Costa da Guiné, etc. Com a exploração da mineração, mudaram o perfil dos escravizados, o que triplicou o número de africanos explorados, junto a uma enorme mortalidade. Nos estados da Bahia e Pernambuco, tiveram portos que desembarcaram milhares de africanos. Com a mineração, no Sudeste (mais especificamente no Rio de Janeiro, desembarcavam africanos e eram direcionados para Minas Gerais e outros estados.

Os africanos escravizados para o Brasil, como em outras partes do mundo e em toda a história desse vil sistema político-econômico, eram aqueles que detinham excelentes capacidades físicas, mentais e se encontravam na sua maioria em idade produtiva e reprodutiva, portanto perfeitos cultural, social e tecnologicamente falando (FONSECA, 2008, p. 54).

A escravidão na Pindorama (Brasil), assim como em toda América, Europa, usurpou histórias, apagou vivências, dizimou povos, moveu corpos, tirou coroas e colocou amarras. As narrativas estão se reconstruindo dentro de um processo segregador e genocida.

A questão indenitária prossegue seu turno, apesar das críticas, como necessidade de dar vazão ao instinto gregário do ser humano. Entretanto, se uma pessoa não tem identidade alguma, ela não tem parâmetros nem desejo para transformar o mundo em um lugar melhor para se viver (CUTI, 2010, p. 85).

Resgatar o que é ser africano para o afro-diaspórico torna-se uma encruzilhada dentro dessa bolha de negação do saber, que se estruturou na dita democracia racial brasileira, junto ao racismo estrutural. Transferir o saber a partir da oralidade e grafia são processos que revisitam memórias ancestrais, que se não repetidas, se perdem. As palavras escritas que são introjetadas diariamente, viram a verdade absoluta para quem não teve uma vírgula de conhecimento de suas raízes. O Estado brasileiro não reconhece a maior população vivente como pessoas, inclusive tentou branquear sua população. O racismo à brasileira nos apresenta incoerências, que são disfarçadas de boa intenção. Podemos ver essa “boa intenção” na teledramaturgia, na escrita do branco sobre o negro, no jornal que coloca o homem branco de 30 anos que é o traficante como “o jovem desequilibrado”, mas um jovem negro como o traficante, o marginal.

O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da personagem negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tornando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural ou de inferior, como uma árvore ou um bicho, um móvel qualquer utensílio por um mero acaso ou enfeite doméstico. Aparece, mas não tem função, não muda nada, e se o faz é por mera manifestação instintiva (CUTI, pp. 88 e 89, 2010).

A literatura negro-brasileira vem nesse processo de desmitificar o ser preto no Brasil. A escrita preta alimenta o corpo, ressuscita a alma, acorda a mente. Dá um sacode necessário e ferramentas para construção da identidade do negro brasileiro dentro de um processo que escanteia quem é os pés e as mãos desse país: “A humanidade do negro, se agride a humanidade do branco, é porque esta última se sustenta sobre as falácias do racismo” (CUTI, 2010, p. 89). Se ouvir e ter um aporte como um livro para embasar o pensamento e fala do ser negro fortalece as raízes, dá confiança. “O sujeito étnico negro do discurso enraíza-se, geralmente, no arsenal de memória do escritor negro. E a memória nos oferece não apenas cenas do passado, mas formas de pensar e sentir, além de experiências emocionais (CUTI, p. 89, 2010). A educação formal e informal são elos de ligação para identificação de como o racismo está enraizado na construção das leis e construção das políticas públicas .

Na atual conjuntura de precarização das políticas públicas, procura-se compreender como a política Educacional se coloca. Ao mesmo tempo que no fim da década de 80

há uma busca pela democratização do Ensino, com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, também se verifica que há diretrizes em consonância com os organismos multilaterais e as políticas neoliberais. Podem-se exemplificar através das formações técnicas no Ensino Médio, ou por intermédio do grande incentivo às instituições privadas de Ensino Superior, que cresceu a partir do primeiro governo Lula, no início do anos 2000 (PAULA, 2018. p. 3)

No processo de inserção do preto nas políticas públicas de ações afirmativas na educação em instituições de ensino básico e, até acesso à universidade. As narrativas pretas começam a surgir nestes espaços institucionalizados. Colocando a educação pública e as nuances do racismo que circundam a sociedade brasileira em cheque, mas precisamos pensar em qual é a voz que vos fala, quem nos ouve, quem nos vê. “os espaços educacionais também são responsáveis pela formação de consenso e reprodução da força de trabalho (PAULA, 2018. p. 3)”

O africano plantou, arrou, colheu, teve o sangue derramado molhando as terras, souou como cachoeira, dançou e cantou para esconder as dores e se conectar com seus ancestrais, traçou mapas nas tranças. O africano teve a fome e a sede de vingança, o africano foi/é estratégia e realidade. O africano se alimentou de si, abriu clareiras, subiu morro. O africano fez revolução, construiu Palmares. O africano é alma, amor e dor. O africano é historiador, é engenheiro, é professor, é sonhador. O africano não foi passivo.

Pensa-se a existência a partir de uma vibração, da energia e da emanção. A fonte da metafísica que é mais uma infra física nos permitirá elencar mais um princípio fundamental da Forma Cultural africana, a saber. O princípio da Emanção. (OLIVEIRA, 2020. pg. 06).

“A ancestralidade é um princípio regulador das práticas e representações do povo-de-santo” (OLIVEIRA, 2020, p.03). O Africano foi e é o Exu guardião das encruzilhadas, é a ventania de Iansã, é o ouro e a fertilidade de Oshun, é a força e sabedoria de Oxalá, é a riqueza de Oxumaré, é a proteção de Oxossi, é as ondas de Yemonja, é a sabedoria de Nanã, é a ancestralidade de Iroko, é a cura de Omolu, e a justiça de Xangô, é a luta, a garra de Ogum, é o sucesso de Ossain, é a pureza dos Erês. As falas pretas são registros para a população, a palavra dita é arma de

quem não teve vez de ler sobre a história do seu povo, somos locutores na nossa própria história.

A forma como chegamos ao estado atual das coisas só pode ser entendida usando as forças efetivas no desenvolvimento da educação Negra desde que foi realizada de forma sistemática imediatamente após a Emancipação (WOODSON, 2018. p.30).

A educação da pessoa preta parte dos acessos. Assim, como qualquer outra pessoa, é preciso ter acesso econômico, cultural, educacional, segurança, saúde e alimentação. A disputa, os lugares de fala, de trabalho na perspectiva de troca e venda de mão de obra, nós somos o Estado, mas para nós foi deixado a parte miserável dessa partilha. No contexto de famílias pretas é muito difícil ter acesso e ocupar espaço de poder na sociedade brasileira.

Acreditar nesse processo que somos o Estado não pode nos cegar para as narrativas que nos mantêm subalternos, subcidadãos, “subs”. Em que nos mantêm dança de roda circular, na redundância dos acessos de Santa Cruz a Ipanema, extremos da cidade do Rio de Janeiro, cidade que está no imaginário de diversos escritores, que respira e transmite saberes africanos em todos os seus processos, mas ao mesmo tempo que é possível ver traços africanos, que a cultura, a arquitetura, saberes em geral são usadas, temos um processo de exclusão das pessoas que constroem esse imaginário. “Os traços culturais de matriz africana (candomblé, maracatu, capoeira, congada, samba etc.) tiveram dificultada ou interrompida, ao longo da história familiar” (CUTI, 2010. p. 92).

Do arquétipo espelho de oshun; Quem você é, quem é o outro? Do processo nas instituições adoecedoras do saber, a perspectiva de cuidado e autocuidado, de pertencer e não pertencer, de ter nas plantas um ativador da vida; banho e chá de alecrim pela manhã, erva cidreira para acalmar e digerir. Corpo que é terra, que ara no campo para a cidade comer. Saber ancestral africano introduzido no plantio, na colheita, na arquitetura, no urbanismo, na cura do corpo através das energias, a medicina de cura; física, energética e metal. Que cria homens fortes que curam outros homens com a medicina convencional/ocidental. “Emergindo diretamente do colonialismo, somos um povo em processo de autoanálise e reflexão, buscando

meios de efetivamente processarmos um desenvolvimento que melhore a qualidade de vida de nossos povos" (NASCIMENTO 1914-2011, p. 100).

Entender os limites que foram colocados entre raças, revela que processo da formação social brasileira educa e educou pessoas pretas a serem "subs". As determinações econômicas, políticas e culturais no Brasil como a crise de 1970, que passou por uma reestruturação, produção, ao ver neoliberal ideológica subjetivo a mercadoria, uma reificação e alienação naturais e absolutas, que nos fazem pensar no Brasil de hoje. Projetos emancipatórios da modernidade" com um individualista projeto neoliberal com base na violência e medo, o retorno forte do fundamentalismo religioso, que no caso é racismo religioso, um Estado com aposta na desqualificação das política brasileira, assim como a miserabilidade ao olho nu. Consumo, racismo, individualismo; ideia do privado, do íntimo. A hegemonia do pensamento conservador que destampou a panela da barbárie. Mas e antes disso, onde estávamos, qual o reflexo desse Estado para a população preta? Quem é o inimigo? Qual o desafio do Serviço Social?

O Estado brasileiro é abusivo com as pessoas pretas, é genocida. Na construção de políticas públicas e leis que determinam direitos constitucionais, a maioria das pessoas pretas se mantiveram no lugar, estacionadas na pobreza, ou pior, voltaram para o estado de miséria. Os subempregos, tendo como exemplo a doméstica, profissão atrelada a mulheres pretas, mostra o racismo impregnado na sociedade quando passa pela empregabilidade da pessoa branca. Quando pensamos no número de mulheres pretas desempregadas, pode-se ligar ao desemprego das famílias brancas, pois as mulheres pretas estão diretamente trabalhando em casas brancas.

Essa situação reflete diretamente nas estruturas de famílias pretas, levando mais crianças às ruas e menos crianças às escolas. A criança preta chora no ventre em consequência do choro da mãe, ao pensar nos caminhos a seguir. Chora, porque as narrativas de mulheres pretas carregam muitas dores, as famílias pretas, carregam muitas lutas, mas também muita sabedoria e resistência. As mães pretas, em sua maioria, carregam nas palavras e nas ações o pensar no outro, no próximo, no micro e no macro que lhe foi colocado, na economia, o que leva da vida e o que poderiam levar, o que perderam e os que não querem perder. E a busca por casa,

um lar, é a busca por seu corpo ser seu lar, seu templo e morada, e que esse corpo e essa casa deixem de ser violado diariamente.

Cresceram na pobreza. Os pais, os avós, os bisavôs, sempre trabalhando nas terras dos senhores. A cana, o café, toda a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida, alguns saíam da roça, fugiam para a cidade, com a vida a se faltar de miséria, e com o coração a sobrar esperança (EVARISTO, p. 82, 2003).

Bem-estar: direito ou privilégio? Conceição Evaristo nos mostra em seus escritos a cura de si, a busca do novo, as pedras no caminho e como o sistema funciona para a pessoa preta. O sistema capitalista é cruel, mas vivemos nele. E nas relações institucionais e da sociedade como um todo, é preciso entender, aceitar que a raça sobrepõe a questão social, e que o uso da voz é uma das “armas” mais poderosas que a população preta tem. Quando é negado o direito de acessar o que lhe é de direito, as coisas não mudam. Direitos humanos são privilégio branco, até mesmo dentro de favelas, nas periferias, onde o branco é o ser querido.

Na educação do olhar podemos identificar três posições básicas. O olhar de longe que caracterizou, dentre outras, a percepção da metafísica, o olhar de perto que caracteriza o dito pensamento pós-moderno, e a perspectiva do entremeio que tende a privilegiar o conjunto e perder os detalhes (OLIVEIRA, 20. p. 07).

Partir de uma história pessoal que se assemelha com tantas outras, negar a estrutura racista é negar a existência de uma realidade, que faz cair na armadilha do mérito. Nos limita os lugares de fala e de corpo que sente, a falta de coerência dentro de um Estado que omite estudos feitos que comprovam a necessidade de escuta e ações voltadas para essa população que está em todo processo histórico brasileiro. Conhecimento é poder, e as famílias pretas são carregadas de saberes. A oralidade é um deles, é uma forma de transmissão de conhecimentos, e se instrumentalizar de conhecimento e empoderamento, resulta em cuidado, tanto pessoal quanto coletivo. Não tutelar, e sim caminhar junto respeitando o direito de escolha e lugar de pertencimento.

As instituições governamentais limitam saberes, pois os mecanismos que operacionalizam culpabilizam pessoas pretas por quererem seguir um caminho que a institucionalidade não quer que seja tocado. E manter uma identidade brasileira para pretos e/ou povos originários, entendendo que quando essa camada da população acessa espaços de fala e escuta e passa a entoar as questões e saberes voltadas para o seu povo, mostra as diversas formas de educar, pois educar é um caminho de liberdade.

A maioria das culturas africanas encerra sua sabedoria na forma narrativa dos mitos. Talvez porque os mitos não segregam as esferas de viver. Não separa religião de política, ética de trabalho, conhecimento de ação. Talvez, também, porque o mito mantenha seu poder de segredo e encantamento, pois ao mesmo tempo que revela, esconde e, ao mesmo tempo em que oculta, manifesta. E num caso ou no outro ele encanta, seja pela beleza explícita seja pela beleza encoberta. Em todo caso a ética vem travestida de estética, seja na palavra, no vestuário, na música, na dança ou na arte (OLIVEIRA, 20 p. 05).

Somos corpos políticos, corpos interventivos que se movimentam e constroem. “Nossos passos vêm de longe” e nossos ancestrais deixaram suas marcas na fala, na alimentação, nos caminhos, avenidas e vielas que percorremos. Também encontramos na música, como no cantarolar de Lia de Itamaracá, que em versos revela seus traços e vivência na poesia-canção *Desde Menina*: “Carrego rugas, verrugas. Vida, tartaruga em mim. Eu sou sem fim. Lia e escrevia na areia. Desde menina, a vida me ensina a ser assim. Lia e escrevia na areia. Desde menina, a vida me ensina a ser assim” (LIA DE ITAMARACÁ, 2019, s/p).

Lia, rainha das cirandas, materializa o saber de menina, a oralidade em suas músicas. A deseducação da pessoa preta está no processo educacional que não ensina quem é Lia. Além disso, está na falta de escolas nas favelas e periferias, está em não incluir a história real africana nos livros, é não ter profissionais de ensino pretos nas universidades. A deseducação ensina as pessoas pretas a não se pertencerem e a não ter sonhos, ensina a negar quem somos.

2.3 Um olhar *amefrikano* do norte e do sul: a deseducação do preto

As práticas de ensino limitadas ao ensino escolar nos aprisionam e nos fazem legitimar a palavra branca como predominante. Dentro das famílias pretas, encontramos um saber que todos os dias é preciso ser repetido para não ser esquecido. As vivências são importantes e elas precisam andar junto dos novos saberes para que tenhamos entendimento de um todo. Quando somos colocados para fora do ambiente familiar, situação que acontece muito cedo com famílias pretas, nos é negado o direito de sermos e de nos conectar com quem nos gerou. Esse processo faz com criemos um desapego de nós, nos faz sentir não pertence, nos traz desamor, que culmina em violências absurdas, em que o corpo e mente adoecem, mas que não se permitem cuidar, ou pior, não sabem o que precisa ser cuidado.

Nesse caminho de construção do ser preto, a mulher preta é a que mais sofre com a falta de tato e escuta, mas ao mesmo tempo ela transforma vidas e trava batalhas intermináveis de sobrevivência. O saber da mulher preta é estigmatizado dentro da construção do Estado brasileiro, mas também é um dos caminhos de libertação de famílias pretas. No entanto, somos diversas e nem todas as mulheres pretas querem viver só para cuidar, procriar, sustentar, ser pilar. No âmago do saber nos consiste o labor; a comida bem-feita, a casa bem limpa, a mão boa para arar e corpo pronto a reproduzir (parir). O reflexo desse estigma encontramos na fala do escravizador, que dentro das suas diretrizes teve o objetivo de nos transformar em seres não pensantes e sem sentimentos. Quando não somos ensinados a nos vermos como pessoas importantes, nos colocamos nos piores lugares e não acreditamos em uma realidade que se desloque da de corpo braçal e serviu.

No contexto de reprodução do saber do ambiente escolar, que é posto pelo Estado brasileiro a partir dos órgãos competentes (Ministério da Educação, Secretaria da Educação, entre outros), a pessoa preta é inserida em um espaço de saber branco, que se acoberta de suas verdades e apaga a sua própria. Partimos da contação de história da História do Brasil, que reflete a inclusão dos povos originários e africanos no folclore, basicamente em um dia de cada no ano (abril e novembro), meses referente ao dia do índio e do negro. Quando se tem 365 dias do ano e nesse período passamos cerca de 200 dias, no mínimo 5 a 8 horas diárias, 5

a 6 dias por semana, por no mínimo 11 anos, como recuperar esse tempo? Como alinhar o saber ancestral com o dia a dia escolar?

Carter Godwin Woodson (2018), historiador, no livro *A deseducação do Negro* nos mostra o reflexo da escravidão e a emancipação dos escravizados, e as políticas públicas voltadas para a população preta norte americana e como reflete o ensino recebido para as comunidades pretas. Woodson reflete:

O mesmo processo educacional que inspira e estimula o opressor com o pensamento de que ele é tudo e realizou tudo que vale a pena, deprime e esmaga ao mesmo tempo a centelha do gênio no negro, fazendo sentir que sua raça não é muito e nunca se igualará aos padrões de outros povos. O negro assim educado é um passivo sem esperança racial. A dificuldade é que o “Negro educado” é obrigado a viver e se mover entre seu próprio povo, a quem ele foi ensinado a desprezar. Como regra, portanto, o “Negro educado” prefere comprar sua comida de uma mercearia branca porque aprendeu que o Negro não é limpo. Não importa quantas vezes um Negro lave as mãos, ele não consegue limpá-las e não importa quantas vezes o homem branco use as mãos, ele não consegue sujá-las. O Negro educado além disso, não está incluindo a participar de negócios Negros, porque aprendeu em economia, que os negros não têm capacidade de operar nesta esfera particular. O “Negro educado” recebe cada vez menos prazer da igreja Negra, não por causa da sua preferência pelos lugares de “justiça” controlados pelo opressor. Esta tem sido sua educação, e nada mais pode ser esperado dele. Se o “Negro educado” pudesse sair e ser o branco, poderia então ser feliz, mas apenas um mulato, de vez em quando consegue fazer isso. A grande maioria desta classe, então deve passar a vida denunciando os brancos por eles estarem tentando fugir dos Negros e condenando os Negros por não serem brancos (WOODSON, 2018. p. 23).

A vivência preta norte-americana descrita por Woodson não foge do que encontramos na América do Sul. No Brasil o processo de miscigenação entre brancos, pretos e indígenas (povos originários) foi e é um dos processos mais violentos que a pessoa vivencia. Abdias do Nascimento nos mostra em seus escritos como a intervenção branca transfigura o preto:

Lembrando a mutabilidade do camaleão, o mal se disfarça sob vários eufemismos, imperialismo, neocolonialismo, assimilação, aculturação e miscigenação, até completar a figura dos monstros. A miscigenação, na forma em que tem sido teorizada e imposta, cumpre meramente o papel de instrumento genocida, de consequências fatais para os destinos da etnia afro-brasileira. É preciso que não haja mal-entendidos: miscigenação em termos de encontro espontâneo e livre fusão entre pessoa de origens diferente é uma coisa; outra bem diferente é aquela que miscigenação que começa com o estupro brutal do branco contra a mulher negra escravizada, e tem prosseguimento na discriminação étnico-social contra o afro-brasileiro, tão mais definitiva quanto mais perto ele está de suas origens raciais, na cor da pele e outros atributos somáticos e culturais. E temperado as condições dessa miscigenação existe uma filosofia racial e

uma política governamental associadas no controle do seu processamento na sociedade. Se as classes, a elite dirigente, certos cientistas sociais, querem por sua conveniência acreditar ou fingir acreditar no mito da democracia racial decorrente da miscigenação, é problema deles; quanto a nós, afro-brasileiros, não aceitamos como igualdade étnica e fusão racial harmoniosa uma sociedade dominante que tem se batido sempre no sentido de branquear a aparência da população brasileira, e além do mais exerce uma imposição subjetiva que trabalha subterraneamente em canais menos visíveis. Mas a política oficial de branqueamento está exposta sem qualquer ambiguidade no Decreto - Lei n.7969, de 18 de setembro de 1945, assinado por Getúlio Vargas (NASCIMENTO, 1914-2011. p 114).

Nesse trecho, Abdias do Nascimento aponta o Estado como financiador, promotor da marginalização e o projeto genocida que começa com o branqueamento da pele. Nada foi à toa, na verdade tudo foi bem arquitetado para desvalorização das famílias, das religiões, dos saberes, do fenótipo preto. CUTI nos mostra como o preto está colocado na literatura branca brasileira, ponto que junto de Woodson e Abdias, nos leva a outro olhar, ainda que seja um ponto de ligação entre os escritores:

Os traços culturais de matriz africana (candomblé, maracatu, capoeira, congada, samba etc.) tiveram dificultada ou interrompida, ao longo da história, sua transmissão familiar. A família africana fora destruída pela escravidão e a família negra, impedida por longo tempo de se formar. a aculturação é coercitiva. No século XXI, no Brasil, encontramos a população negra em todas as religiões, pois aquelas religiões que lhe seriam transmitidas naturalmente pela relação familiar foram reprimidas durante longos anos, enquanto a católica tinha a sustentação do Estado Brasileiro e demais religiões de matriz europeia não sofreram perseguição. Traços culturais de origem africana no texto literário não recursos suficientes para caracterizá-lo como negro-brasileiro, uma vez uma parcela significativa da população negra não está identificada com eles. Continuam essas pessoas, no entanto, com seus enfrentamentos diários, dentro e fora delas, com o racismo, o preconceito e a discriminação. Cultura sem experiência subjetiva e coletiva resume-se apenas à forma vazia ou preenchida com conteúdo falso. Quanto aos traços físicos (nariz, cabelo, cor da pele, lábios), eles ganham importância no texto quando estabelecem um diálogo com a simbologia que têm na sociedade. Como o racismo demonizou as características fenotípicas africanas, a reversão desse fato implica ter o escritor a consciência daquela ação para não referendá-la (CUTI, 2010. p. 92).

Lélia Gonzalez também faz uma reflexão sobre a construção da linguagem e negação da contribuição das línguas africanas no português brasileiro:

O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como l ou o r, por exemplo), aponta para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (isso sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe). Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis, se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de

crenças, etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional”, etc., que minimizam a importância da contribuição negra (GONZALEZ, 1988. p.70)

O *modus operandi* do escravizador não muda, o projeto de alienação, de deseducação do negro se materializa na fala, nas vestes nos traços, etc, desde o continente africano. Sobonfu Somé relata no livro *O Espírito da Intimidade* a relação com a população Dagara, África Ocidental, quando passam a receber educação a partir dos brancos:

Os primeiros degraus que foram estudar nas cidades e sofreram a influência dos colonizadores franceses voltaram sentindo vergonha de seus pais e do estilo de vida tradicional. Alguns ficaram nas cidades e passaram vinte anos sem por os pés novamente na aldeia. Essas pessoas só se voltam ao espírito quando sua vida está em jogo. Se estão tendo problemas com o emprego, se alguém as está ameaçando de morte, se querem ficar no poder, se estão doentes, então procuram a ajuda dos anciãos e dos curandeiros. Mas, até lá, ficam completamente desconectadas com o espírito. É preciso entender a mente dessas pessoas que foram para a escola. Poucas saem de lá ainda conectadas com o espírito. (SOMÉ, p. 31).

As relações entre pessoas pretas e brancas não se dão por igualdade, pois a pessoa preta passa a vivenciar o mundo branco que é tido como certo e acaba apagando e escamoteando o seu, tirando a importância do conhecimento preto e ancestral, recebido antes da inserção nesse mundo. Dentre os autores, é possível ver como tudo envolve família, crença, respeito, ancestralidade, educação e importância de receber, aceitar e entender todos os conhecimentos vindos das pessoas pretas, que normalmente vem de forma oral.

A forma como chegamos ao estado atual das coisas só pode ser entendida estudando as forças efetivas no desenvolvimento da educação Negra desde que foi realizada de forma sistemática imediatamente após a Emancipação (WOODSON, 2018. p, 30).

Quando a estrutura é construída em cima de rachaduras, uma ela vai ruir, ela vai cair. Todavia, a negação de que algo ruim está acontecendo ou aconteceu com essa estrutura é o mesmo que assinar um pacto de morte. Podemos fazer essa analogia à população preta, que teve invalidado o seu processo de conhecimento e autoconhecimento por séculos de construção do Estado. Quando “abrem as

porteiros” da liberdade, encontram novos caminhos de aprisionamento do físico e mental; a estrutura é racista, o remédio não é só aceitar, é para além de dar uma partilha do bolo.

A relação do Estado e organizações filantrópicas foi uma união que fez e faz a manutenção do que pode ou não fazer uma pessoa preta dentro ou fora do Estado brasileira.

Dos funcionários do próprio governo dos Estados Unidos e daqueles que participaram da conquista dos secessionistas logo veio o plano de ensinar esses libertos aos deveres simples da vida, elaborados pelo Escritório dos Liberais e pelas agências filantrópicas (WOODSON, 2018. pp. 30-31). [...] A pobreza que os afligiu durante uma geração após a Emancipação os manteve inferiores à ordem mais baixa da sociedade, nominalmente livre, mas economicamente escravizados (WOODSON, 2018. p. 31)

O processo de educar a população preta no Brasil foi um processo de violência, muito sangue derramado e apagamento. Depois da Constituição de 1988, a venda da ideia de que somos todos iguais, em um Estado laico, que não pode ser regido por nenhuma religião, dentre outras leis que asseguram de que todos temos o mesmo acesso e direitos, percebemos que não é bem assim para população preta. Vivemos dentro de leis, mas estamos deslocados delas, pois não temos nossos direitos respeitados, como por exemplo é possível perceber na perseguição de religiões de matriz africana (racismo religioso).

A realidade do preto no Brasil e nos Estados Unidos, se assemelham no racismo, violência vivida pela pessoas, tanto vinda do Estado quanto da sociedade civil, no entanto no Brasil foi vendida a democracia racial, uma falsa realidade de que temos o mesmo acesso, em que a meritocracia se instala de forma que nos ensina que se esforçamos nós chegamos lá. Que lá é esse? De onde vem, para onde vai? Somos afrodiáspóricos viventes em um Estado de negação de ensino, progresso e igual. É possível atrelar a deseducação a partir da filantropia, catequização, racismo estrutural. Nos são apresentados os piores lugares de moradia, de educação e dentro das favelas diversas ONG's fazendo o papel do Estado, porém em diversos momentos de forma paliativa.

A educação formal é o reflexo do racismo existente no Brasil, desde a creche até os acessos à universidade. São espaços brancos voltados para o ensino. No contexto do estado do Rio Grande do Sul, mais direcionado para a Vila Maria da Conceição, favela onde me criei, vejo reflexo da Igreja Católica e da comunidade preta em toda a extensão do bairro Partenon. A escola Pequena Casa da Criança, construída em 1956 pela Irmã Nely Capuzzo, uma freira que subiu o morro e construiu uma das maiores instituições de ensino fundamental de Porto Alegre.

A Pequena Casa da Criança foi considerada uma das 100 melhores instituições não governamentais do país. A comunidade da vila Maria da Conceição, passou a crescer em volta desta instituição não governamental. A sua contribuição tem um reflexo muito grande nas famílias que vivem na localização, principalmente famílias pretas que eram a maioria. A instituição fez o papel que o Estado não fez, criou um lugar de referência para as famílias, levou esperança para um lugar extremamente marginalizado, no meio de toda a desesperança que existia no lugar. Matou a fome de inúmeras famílias, empregou diversas pessoas, alojou várias crianças, pois antigamente, diferente de hoje, a Pequena Casa tinha um internato, e também tinha escola integral que atendia das 6 da manhã às 19 horas da noite. A população da Vila Maria da Conceição vivenciou cada processo, pois esse espaço nos criou, ajudou a nos moldar também e nós vivemos com o reflexo das vivências das famílias pretas, desde as religiões de matriz africana, e tantos outros traços culturais e de seus corpos.

No mesmo espaço da instituição de ensino formal, tínhamos a Escola de Samba: Academia de Samba Puro. Lá o ensino e a cultura preta que fervia em nossos corpos, chocando-se com o ensino católico da escola que recebíamos. E minha mãe trazia o saber dos orixás, trazia para as nossas vidas o saber ancestral e em seu olhar e voz que precisávamos fazer diferente. Como já dizia Conceição Evaristo: “Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era a cor de olhos d’água.” (EVARISTO, 2017. p. 18).

A Pequena Casa da Criança foi um local em que diversas famílias puderam sanar suas necessidades mais básicas.

A PEQUENA CASA DA CRIANÇA é uma instituição não governamental sem fins lucrativos, filantrópica, educacional e de assistência social, de utilidade pública, atua com base na doutrina e nos princípios cristãos, e prioriza a ação preventiva dirigida a crianças, adolescentes, família e idosos. “A instituição foi fundada em 15 de agosto de 1956 pela Irmã Nely Capuzzo, da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, e desde 2002 é dirigida pela Irmã Pierina Lorenzoni, da mesma Congregação. Está localizada no coração da comunidade Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon, na zona leste de Porto Alegre, e atende cerca de 800 crianças, jovens e idosos diariamente, e serve 1.500 refeições por dia. (PEQUENA CASA DA CRIANÇA, 2021. s/p)

A Vila Maria da Conceição, é uma região que abrange o bairro Partenon, que ao meu ver é uma comunidade quilombola, que tem uma população com alta vulnerabilidade social e econômica, e a maioria dessa população é preta. Esse espaço de formação do saber foi o lugar onde milhares de pessoas passaram e passam, onde famílias pretas assim como a minha puderam ter acesso ao ensino formal, mas ao mesmo tempo foram catequizadas. Hoje, adulta e mais instrumentalizada, consigo perceber os processos e reflexo de uma sociedade católica racista. Vejo a mesma mão que ergue e dá o pão, sendo a mesma que poda sonhos e futuros fora de um ambiente de miséria. A Pequena Casa da Criança mudou muito ao longo dos anos, mas a minha *escrevivência* também é construída a partir dessa escola: antes de eu nascer, da inserção na creche aos dois anos e meio, da primeira série ao quarto ano, da mudança de escola, do meu primeiro emprego de carteira assinada, dos cursos que fiz, até mesmo das informações que não recebi.

Venho de uma família numerosa, de uma mãe que teve 19 gestações, a primeira aos 15 anos. Hoje tem 11 filhos biológicos vivos, mais de 60 netos e bisnetos, com uma única filha, um único familiar em ambiente universitário. Ela viveu 61 anos no mesmo lugar, mas que por conta da violência local teve que migrar de Estado:

A Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon, na zona leste de Porto Alegre, onde dois policiais militares foram mortos na noite de quarta-feira (26), durante mais de uma década tem sido palco de uma guerra que tem como pano de fundo o tráfico de drogas (ZERO HORA, 27/06/2019).

A violência local emerge em nossos corpos, em tantas famílias daquele bairro, reflete a cara cruel do racismo, da alienação sofrida por corpos pretos.

Somos cerca de 100 familiares vivos, e o chicote ainda bate em nossas costas. A minha história vem dessa mulher, e tantas outras passaram pelos ensinamentos dela, criou os dela e os dos outros. Os ensinamentos da mãe preta passam pelos “nãos” que precisam dar para manter os seus vivos, que são repetidos quase como mantra:

Não sai sem camisa. Não saia mulambento. Não saia sem dinheiro. Não saia sem documentos. Não saia sem avisar alguém, não saia sem hora para voltar. Não saia sem saber em que ruas vais andar. Não saia de bando. Não saia só” (RAYMUNDO, 2019. p. 24).

Dos ensinamentos da mãe preta para o ensino formal escolar. Pensar nesse período e como somos apresentadas as necessidades da vida e as coisas que podemos fazer para além de ser servente. Ter sonhos que não foram apresentados na infância, tão pouco na adolescência, imaginar um futuro a partir de crenças que não vieram dos seus e por vezes fizeram sentir vergonha de si e de quem lhe criou, mas sempre carregar os ensinamentos da mãe preta: *estude, gurias, estude*.

No meu período escolar eu não fui apresentada à universidade, eu que me “apresentei” a universidade. Sou a 17^o gestação da minha mãe, mas sou a primeira em diversos segmentos. Ser a primeira nem sempre me traz orgulho, me traz ira. Por anos ficamos sem entender o que se passou conosco, nos culpamos pelo estado de miséria que vivemos, buscamos caminhos que não são nossos.

A insistência para estudarmos e nunca deixar a escola de lado, se confrontavam com as necessidades que batiam na porta, isso quando se tinha porta. A barriga ronca pelo desejo de vida e não ser só mais um sobrevivente. Quando vou aos escritos da literatura negro-brasileira, vejo esse Brasil que fui apresentada. Conceição Evaristo, por exemplo, me leva a infância e aos relatos de minha mãe quando sempre nos dizia que o caderno dela era a junção das folhas de papel de pão, todo papel que pudesse escrever e um lápis, e de como era difícil o acesso à escola. O acesso à educação formal era difícil assim como qualquer outra política pública, e nesses lugares a igreja sempre chega.

Por aqueles tempos, pelo interior andavam uns missionários. Um dia a notícia correu. Eles iriam demorar por ali e montariam uma escola. Quem quisesse aprender a ler, poderia ir. Ponciá Vicêncio obteve o consentimento da mãe. Quem sabe a menina um dia sairia da roça e iria para a cidade.

Então, carecia de aprender a ler. Na roça, não! Outro saber era necessário (EVARISTO, 2003. p. 28)

Ponciá, uma das personagens de Conceição, representa o andar de minha mãe e de tantas outras pessoas pretas que ainda sofrem para ter acesso aos direitos, e que mesmo estando em uma escala desigual se veem almejando algo. A mulher preta é um dos grandes, ou senão o maior impulsionador de mudanças, não só para pessoas pretas. A minha ancestral que recebeu saberes de suas mais velhas, hoje nossas ancestrais, dividiu saberes com a minha mãe, que passou para mim e para os meus irmãos, irmãs, sobrinhas/os etc. É uma semente que deu frutos e que está se espalhando, frutos que estão nesse estado amargor desgostoso de amadurecimento que o racismo causa.

Hoje, com 36 anos, vejo todos os abusos que o Estado, a escola, a família, a vida, o racismo causaram em mim e na população preta em geral. Na constante luta de buscar o melhor, de mudar o percurso de violência e miséria dos meus, uso o acesso à universidade pública como um dos caminhos de mudanças. Do lugar onde cresci, existem vários como eu, várias famílias como a minha.

O senador Paulo Paim, autor da Lei nº 12.288/2010; Estatuto da Igualdade Racial, declara que:

A primeira verdade que recebemos é a da infância, quando sentimos, mas não questionamos. A segunda verdade é a da revelação que dói, que choca, é a percepção de que nos impuseram uma grande mentira. A terceira verdade é aquela que está acompanhada da dignidade humana, é a verdade de transformação. É por esta terceira verdade que aqui estamos, queremos transformar a realidade em que sempre viveram os que sofrem discriminação (PAIM, 2010, s/p).

Paulo Paim, Senador, homem preto natural de Caxias do Sul/RS, viu no seu crescimento como o racismo limitou caminhos e não abriu portas, assim como para a toda população preta brasileira. Na instituição do *Estatuto da Igualdade Racial: Inclusão Raça Negra*, um documento de no máximo 40 páginas, somos rodeados de leis, direitos para a população; direito à saúde, do direito à educação, à cultura, ao esporte e lazer, direito à liberdade de consciência e de crenças e ao livre exercício dos cultos religiosos, do acesso à terra e à moradia adequada, direito do trabalho, entre outros pontos. “O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais

que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira.” (SENADO FEDERAL, 2011, s/p)

Diante dos pontos abordados, ver que em uma década depois (2020) está acontecendo o desmonte do que ainda está sendo construído, nos leva à revisitar as urgências de nossos corpos, como diz Conceição Evaristo (2005, p.1): “Nossos corpos tinham urgências. O frio se fazia em nossos estômagos.”. Ela continua: “Na nossa pequena casa, roupas molhadas, poucas as nossas e muitas as alheias, isto é, as das patroas, corriam o risco de mofarem acumuladas nas tinas e nas bacias.” (EVARISTO, 2005. p, 16). Além disso, Solano Trindade já entoava:

Trem sujo da Leopoldina, correndo parece dizer: tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome. Piiiiiii... Estação de Caxias, de novo a dizer, de novo a correr, tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome. Vigário Geral, Lucas, Cordovil, Brás de Pina, Penha Circular, Estação da Penha, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Carlos Chaga, Triagem, Mauá trem sujo da Leopoldina correndo, correndo parece dizer: tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome. Tantas caras tristes, querendo chegar em algum destino, em algum lugar. Trem sujo da Leopoldina, correndo parece dizer: tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome. Só nas estações quando vai parando lentamente começa a dizer: se tem gente com fome, dá de comer, se tem gente com fome, dá de comer, se tem gente com fome, dá de comer. Mas o freio de ar todo autoritário manda o trem calar. Pisiuuuuuuuuu (TRINDADE, 1988,s/ p).

O poema de Solano, de 1988, nos traz para um Brasil de hoje, para os trilhos dos trens de hoje. Para as urgências dá de comer palavras, dá de comer vidas, dá de comer rumos, deem de comer o que mate a fome que ronca a barriga e corrói a mente. Da de comer para o aumento da inteligência e força de um povo. O sistema nos tira o alimento dos pratos e dos livros, cala a voz da mais velha que têm a boca cheia de não para proteger e ritos para acolher, “desalimenta” corpos para aumentar o lucro e lotar cadeias. O Estado desumaniza no seu processo de “dar”, deseduca a população preta no seu orgulho de ser por conta das necessidades de sanar a fome e a vontade de se sentir viva. O racismo institucional assegura um estado de negação do Estado.

(...) passou um caminhão repleto de emoções sem documentos aprisionados foram em cortiços e favelas da nossa história. fiz parar. elas desceram no meu peito e pouco a pouco foram-se desvencilhando das fantasias para lavar o rosto sulcado de sofrimento nas cinzas da quarta-feira e nos sonhos do futuro passou e sempre passa. e com ele o poema surge da roupa suja lavada em casa e depois de limpa pendurada num varal de palavras com as marcas da vida visivelmente polidas. como o resultado o

labirinto de muitas vozes e o bojo de muitos ouvidos. fui lavado pela certeza de me aceitar coletivamente vivo (CUTI, 2010 p. 25).

A *negresia* de CUTI, mostra as marcas, as urgências de um Dorvi que tem um pacto: “- A gente combinamos de não morrer. - Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel.” (EVARISTO, 2017. p. 108). Das leis promulgadas nós queremos mais. “Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento do meu filho e de filhos alheios. Quero contagiar de esperanças outras bocas (EVARISTO, 2017. p. 109)”.

Ver o caminhar de 133 anos da lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), um andar lento de retomada do que é ser e saber malês, bantos, jejes, nagôs, entre tantos outros povos africanos que têm na oralidade todo saber ancestral, toda uma história a ser contada e compartilhada, ainda em passos de pés rochosos e quebrados, mas que sustenta a pisada e luta de um povo que não conhece a sua história. No entanto, vem se fortalecendo em meio às impropriedades de um Estado opressor. Os passos que são de longe se materializam quando o povo preto sonha e realiza.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E SEUS ACESSOS

3.1. As instituições ensino brancas e a potência preta

No censo de 2010 (IBGE, 2010) consta que a população preta do Rio Grande do Sul é de 16,13% total de 1.725.166 na favela onde cresci no Rio Grande do Sul, diferente do Rio de Janeiro, o Estado conseguiu esconder as pessoas pretas, as favelas, as vilas, as comunidades. O racismo existente no Sul do país é diferente de outras partes do Brasil, ele é cru, forte e de frente, mas como em qualquer outro lugar é alienador, excludente, cruel. Nesse estado de predominância branca, europeia, principalmente italianos e alemães, foi construído a imaginário da sociedade brasileira a não existência de negros nessa região.

A fala: *“mas tem negro no Sul?”* é tão comum e tão perversa ao mesmo tempo, porque mesmo conhecendo pessoas pretas que são famosas para além do Brasil, como Daiane dos Santos, Deise Nunes, Lupicínio Rodrigues, Tinga, Ronaldinho Gaúcho (o apelido já diz), ainda não nos reconhecem como pessoas viventes dessa localização. Na contramão de sermos minoria, somos resistência, nos mantivemos firmes ao frio geográfico e humano.

No íntimo processo de se reconhecer preto no Estado brasileiro, as janelas abertas através da luta e união de um povo, do movimento de corpos pretos que uniram o saber ancestral com a vivência nessa sociedade branca patriarcal usurpadora que vivemos para sanar. Dentro dessa de saber e liberdade se ver dentro de uma Escola de Serviço Social, reconhecida em qualquer lugar que for citada, que não se discute política de Educação, assim como não tem uma disciplina obrigatória de questão racial. Vejo nesse caminho o poder de inserção da/o assistente social inserido nas escolas, o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social). O futuro da profissão tem que ser pensando e agindo junto com a comunidade, com a população que é atendida diariamente em todas as esferas públicas, o serviço público é para todos, mas encontramos diariamente a desumanização de pessoas na busca de dignidade. As escolas públicas são espaços s de formação que tem em sua maioria estudantes pretos, e na sua

magnitude a falta de sensibilidade e cuidado se espalha como erva daninha, somos tidos do como a escória da sociedade, e nesses espaço que encontramos diversas narrativas, a mais presente é o apagamento do ser positivo, perspicaz, inteligente, que é a pessoa preta.

Qual criança preta nunca ouviu alguma coisa negativa sobre a sua cor da pele? Sobre suas vestes, sobre os seus traços? Quantas crianças pretas quiserem deixar de ser preta por não se sentir aceita? E o que isso implica na sua vida adulta? Isso causa um impacto gigantesco, pois esse espaço não passa ser quisto. Na construção de Palmares foram várias vezes construindo o Quilombo, estavam construindo uma sociedade onde as linguagens eram vastas, o processo educacional do preto brasileiro foi de reencontro nas vias que lhe cabiam. “EDUCAÇÃO: estudante negro, quadro branco. olho no olho ou na escola. não dá escolha a não ser escolher-se (CUTI, 2010. p. 38).

Como se articulava do ponto de vista linguístico, a população de Palmares? Décio Freitas diz que a língua era “basicamente o português, misturado com formas africanas de linguagem. Pensamento idêntico tem Édison Carneiro. De fato, embora em expedições contra Palmares haja referências à presença de “línguas” (intérpretes) para traduzirem o falar palmarino, todos os elementos indicam, pelo menos numa primeira aproximação com o assunto, que o português foi a estrutura linguística que absorveu grande quantidade de termos do vocabulário africano (MOURA, 1992. p. 54).

Umbundo, quimbundo, o quicongo línguas africanas dentre tantas outras que têm influência na construção da linguagem brasileira. Desde o Quilombo de Palmares em Alagoas às Charqueadas em Pelotas, as linguagens se transformaram desde a imposição do português pelo invasor, desde o primeiro indígena avistado ao último preto escravizado. As diversas línguas africanas carregadas de identidade estão nas palavras escritas por Carolina Maria de Jesus, que são ditas erradas e não neologismo como as de Guimarães Rosa. Carolina nos apresenta a linguagem do território, do seu processo de ensino e carrega toda a sua pretitude e miséria vivida, Carolina é uma mulher preta retinta falando de um Brasil real que é negado.

As línguas africanas não se salvaram do esmagamento, a sua destruição representa mais um ato na tragédia genocida que a sociedade brasileira desencadeou contra os africanos e seus descendentes. Além de destruir o principal instrumento de comunicação humana, social e cultural, o que já é

muito grave, simultaneamente à destruição da língua africana, impuseram a língua portuguesa (NASCIMENTO, 1914-211. p. 128-129).

Nas diversas linguagens que encontramos em cada favela, cada periferia, cada canto do Brasil, está a linguagem, a fonética africana. A escriturização de Carolina, assim como de Conceição, relata o cotidiano da sociedade brasileira entre o afrodiaspórico, indígena e a sociedade alva, suas vivências familiares e âmbito universitário de Conceição, de como o racismo apaga a história do povo preto, de como a mulher preta torna-se o corpo serviu. Como o racismo, sexismo, machismo transformam, interferem diretamente na construção e evolução de um povo, desta sociedade. Mulheres que usam das palavras, se munem da própria palavra que a sociedade branca estrutura, em que relatam, entendem o racismo, que a sociedade civil e o Estado tratam de deslegitimar.

A transmissão pela escrita fria e inerte era o posto à essência do conhecimento verdadeiro, adquirido pelos africanos através de uma relação direta, afetiva, num encontro interpessoal. É nesse ponto crucial que podemos perceber claramente a ciclotomia que separa e diferencia as culturas negro-africanas das culturas branco-europeias: a oralidade como base da comunicação e da transmissão cultural. Não se concebia a palavra inerte e apenas descritiva: pois em si mesma era movimento e ação. (NASCIMENTO, 1914 - 2011. p. 129).

O movimento negro é educador bate de com “o racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura de nossa sociedade.” (GOMES, 2017. p. 51). Na forma mais literal, corporal e mítica. Abdias relata e questiona:

Durante milênios, através de séculos, a transmissão da história, da religião, da ciência, da tecnologia, se realizava por meio oral. Os *griot*, ou *akpalo*, assim como os sacerdotes (Babalaô e Babalorixá), desempenhavam esses papéis sociais de bibliotecas vivas, ou de armazéns peripatéticos do conhecimento. E isso por acaso aconteceria porque os africanos eram “bárbaros”, “selvagens”, “ignorantes”? Para o chauvinismo europeu, certamente. Mas para aqueles que de fato querem saber a verdade, diremos com as palavras do historiador negro norte-americano Lerone Bennett: “Precisamos dizer para o mundo branco que há coisa no mundo que os brancos nem sonham em sua história, em sua sociologia e em sua filosofia (NASCIMENTO, 1914-2011. p. 129).

A escrevivência da mulher preta incomoda e inquieta, a escrita preta em polvorosa os brancos, a fala preta se torna raivosa na visão desse Estado porque apagar vozes foi e é o maior projeto dessa sociedade genocida. Só que essas vozes cada vez mais estão ganhando forças, dentro e fora dos espaços acadêmicos; É a identidade africana florescendo em cada corpo preto.

Os temas derivados do enfrentamento com o racismo, o preconceito e a discriminação racial são muito importantes para a literatura negro-brasileira, pois constituem reações internas de forte carga emocional capazes de dinamizar a linguagem rumo a uma identidade de sofrimento e a vontade de mudança. A literatura, além de técnica, exige energia vivencial. No elenco citado anteriormente, o acesso à educação aparece em duas vias necessárias, a formal e informal. O racismo e seus dois grandes ramos, o preconceito e a discriminação, bem como o combate a eles constituíram no Brasil um saber de grandes dimensões. Como a escola falha por não ministrar esse saber, escritores negros-brasileiros, se quiserem falar de si em profundidade, precisam se aventurar pelas complexas searas desse saber. A bibliografia infundável (CUTI, 2010. p. 94).

Em um processo singular de saber a literatura negro-brasileira é a construção do ser preto, quando unida com a filosofia africana é um aporte para a estruturação da educação formal, que também pode ser inserida na Política de Educação não estudada na ESS/UFRJ. Renato Nogueira, no livro *Ensino de Filosofia e a lei 10.639* nos traz um conjunto de possibilidades para o ensino, ele coloca a partir do ensino de filosofia, mas é possível utilizar as perspectivas de ensino em outras áreas, tendo três pontos como partida de ensino: 1) Estética da sensibilidade; 2) Política da Igualdade e 3) Ética da Identidade. Nogueira (2020) pontua:

1º) Uma Estética Plural e Antirracista; 2º) Uma Política que combata as assimetrias baseadas em critérios étnico-raciais; 3º) Uma Ética que combata as discriminações negativas endereçadas a grupos étnico-raciais que historicamente têm sido subalternizados, propor uma Ética Ubuntu (NOGUERA, 2020. p, 85)

Essa perspectiva voltada para o ensino médio, mas que cabe para o ensino superior, Nogueira agrega mais cinco pontos pensados a partir da 10.639. "Considero pertinente relacionar nas linhas gerais antirracistas, parâmetros que contemple diretamente e de modo consistente as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico- Raciais, Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (NOGUERA,

2020. p. 88)”, história da filosofia, teoria conhecimento, ética, lógica, filosofia geral (problemas metafísicos), abaixo descrições de dois pontos de discussão:

História da Filosofia: Levantar, catalogar e organizar - por múltiplas estratégias, recorrendo à oralitura, às máximas, aos mitos, aforismos de sabedoria de vida, pesquisa históricas, configurações sociais, políticas, historiografia e diversos métodos - a produção filosófica africana, sugerindo criticamente a inclusão de filósofas africanas, filósofos africanos, escolas, linhas e tradições filosóficas africanas da História da Filosofia (NOGUERA, 2020. p. 88 - 89). [...] Ética: Levantar e problematizar as justificações para princípios, normas e assuntos relativos ao campo ético e moral em diversas culturas: debater o caráter local e regional da moral, analisando os pontos de vista dentro de sociedades e culturas africanas e afrodiáspóricas, e os impactos que advêm das relações com as tradições ocidentais (NOGUERA, 2020. p 89)

As tradições são caminhos que condicionam; alguém perguntará, questionará, afirmará, que tais pontos não tem nada a ver com o Serviço Social. Mas então por que temos disciplina obrigatória de Filosofia? E como não se o Serviço Social se tem a ver com as pessoas pretas e essas mesmas pessoas estão se tornando profissionais dessa área e esse profissional tem como estudo e trabalho, pessoas pretas

“O “eu” poético não é solitário. Esse processo de arrolar dados históricos e construir um ser coletivo que o vivencia no imaginário é um dos processos mais empregados para constituir a identidade na literatura negro-brasileira (CUTI, 2010. p. 96)”.

Nesse cotidiano de se encontrar, aquilombar através do coletivo somos Ubuntu; “o que é comum a todas as pessoas.” A concepção de algo para todos nos transforma em pessoas que acolhem e se acolhem, que somos seres que se realizam a partir da humanização do outro, da troca. Uma pessoa preta não existe sem o povo preto. O racista entendeu bem esse conceito. No desatar de nós, arrebentar correntes temos quase 10 anos de aprovação das cotas raciais, dez anos que se repetem a cada ano, pois existe um infinito processo de deixar passar e esquecer as pautas pretas, as falas pretas, e o sistema segue o fluxo porque lhe é confortável.

A criação da Lei 12.711 de 2012, chamada Lei das Cotas, torna-se impulsionadora de novas demandas, até mesmo leis, pois as necessidades, a

desigualdade racial, social cumpre o seu papel excludente. Porém antes disso, não foi apresentado à população o que de fato era a citada lei, o Estado conseguiu que pessoas pretas voltassem contra si, acreditando que era excludente, desnecessário; um povo sem educação popular é um povo que não sabe de si, defender, reagir e respeitar seus direitos enquanto sociedade vivendo numa sociedade ocidental. No processo de deseducação de nós, nos vemos no reencontro de nós a partir das narrativas cotidianas a busca da diáspora africana em nós.

Organizações, coletivos pretos, como o Quilombo Hoje, de 1980, que têm como fundadores: Paulo Colina, Abelardo Rodrigues, CUTI, Oswaldo de Camargo, entre outros, que começou numa conversa de bar no centro de São Paulo, bar Mutamba, numa troca que parecia despreziosa, mas que organizou a pretaiada, é desse movimento que vem os Cadernos Negros, livros como *Reflexões Sobre a Literatura Afro- Brasileira*, Sarou Afro Mix 2002, criando e revelando narrativas pretas, que têm Esmeralda Ribeiro, Luiz Silva (CUTI), Conceição Evaristo como escritores, entre outros pensadores, literários, escritores que lemos hoje.

Tendo 43 *Cadernos Negros* publicados nesses 40 anos, trouxe escritores, um quilombo de palavras pretas periféricas, femininas, ancestrais, na busca de volta para África de um lugar desconhecido, que no nosso imaginário vai além da escravidão, um retorno físico sim, mas um retorno de conexões, a volta para África em cada corpo e mente preta, que nos conecta com uma África atual, com as suas lutas e vitórias, tendo a agenda preta em si com a realidade na mão porquê temos saudade do que não tivemos, uma diáspora africana que causa encontros, constrói redes, ligações, desde o preto do Sul do Brasil, ao que está nas quebradas do Brooklyn nos EUA, até a pessoa preta nos corre europeu, até o continente africano, somos conexões de nós, a volta para África é para além do literal. Nas trajetórias, saindo da ideia de um continente mítico e indo para o atual, buscando revelar a identidade africana, os encontros pretos diários na busca de conexão. Pensar a diáspora africana com as contribuições positivas, das belezas e inteligência africana. O coletivo Quilombo Hoje, assim como todo o Movimento Negro, nos mostrou e mostra caminhos de libertação através de nós. A universidade é um pequeno processo que decidimos nos inserir, pois é impossível esquecer as palavras de mãe preta ecoando em nossos ouvidos que temos que estudar. Ver na universidade um

local de mudança, de renovação, sim, mas também, não deixar que ela te engula e aliene mais, é um processo de luta diária, que se não for uma luta em conjunto, ela nos faz esconder cada vez mais. E nesse conjunto está a mãe que alimenta, o irmão que segura o rojão, a primeira filha abrindo portas, os olhares pretos que se encontram nos corredores e sorriso dado pra dizer que não está só. É entrar em uma sala de aula e ver 22 duas cabeças pretas de 30 alunos e dizer e ver que não estamos sozinhos.

É a criação do coletivo Negração, dentro de um dos espaços mais racistas do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que viu nascer um dos coletivos mais importantes daquele território, em que colocava o trabalhador, professores, mães, alunos, a comunidade preta de uma forma geral, no mesmo lugar, a pretaiada se uniu em um primeiro ato no dia 20 de setembro de 2012, data da "Revolta Farroupilha, gritando tem preto no Sul e que "povo que não tem virtude acaba por escravizar" protestando contra o hino racista do Rio Grande do Sul e nós estamos em todos os lugares, nós nos movimentamos. Negração que faz um movimento de denúncias, intervenções, luta dentro e fora da universidade, que cria o *Sambarau* em 2013, "A UFRGS É UM QUILOMBO" reunindo a pretaiada no pátio do Instituto de Psicologia da UFRGS entoando música e poesia preta "treze de maio traição, liberdade sem asas e fome de pão (Oliveira Silveira)", tendo um dos momentos mais emblemáticos a luta pelas cotas raciais, SOU COTISTA SIM, era juventude dando a cara e se unindo com os mais velhos. Nesse processo tentando se encontrar junto da população preta dentro e fora da universidade, pautando desde "Meu cabelo é bom, ruim é o seu racismo" a denúncias de fraude de cotas na universidade. Criando um movimento da formulação de novos coletivos dentro de cada área da universidade, unindo os movimentos. De estarmos num encontro preto o COPENE SUL que foi realizado do dia 24 a 26 de julho de 2013, estávamos se vendo, se unindo, criando e fortalecendo laços come pretos de Santa Maria, Pelotas, com o pessoal do Paraná, Santa Catarina, foi um encontro de pautas e lutas, mas foi um encontro de amor. A coletividade preta transborda saberes. Nesse caminhar vemos a criação do Coletivo Balanta - Nenhum Cotista A Menos, akilombando na reitoria resistindo pelos pretos, segue uma declaração do coletivo diante da luta de cotas em 2016:

Emparedamos a Reitoria e impedimos que se retirasse de os cotistas concorrerem concomitante nas vagas de cotistas e universais. Conquistamos a história pauta da semestralidade: cotista agora entra nos dois semestres! Congelamos as listas de remanejamentos que causa transtorno aos candidatos e ainda garantimos que toda e qualquer discussão pelas cotas será feita em comissão paritária. Mas a principal vitória que tivemos, foi a união do movimento negro na universidade. Saímos muito fortalecidos desse processo, e por isso fizemos a reitoria tremer. Isso foi só o início. Vocês nos devem até a alma! Kilombo Balanta resiste! (BALANTA, 2016, s/p.).

O movimento do coletivo Balanta, foi um marco que ajudou no processo de cotas de outras universidades. A UFRGS, assim como outras universidades públicas, renegou a entrada de cotistas, e mesmo quando a lei foi implementada, vimos em diversos momentos o descaso, os movimentos para não inserção e permanência da população preta nesse espaço. Desde o momento da matrícula até o último dia, tu vais ser lembrado que é preto e não é bem-vindo.

Na UFRJ, de 2012 para cá, nos vemos em discussões similares, e a criação de coletivos vem do mesmo processo de não querem ver os pretos nos corredores. Em 2014 na faculdade de Letras foi criado o coletivo Negras em Movimento, que discutia a situação do aluno preto, o racismo dentro na Faculdade de Letras, no entanto por diversos fatores o coletivo perdeu forças e findou no mesmo ano. No mesmo período foi criado o coletivo Cartolina Maria de Jesus no IFCS, que da mesma forma criou forças a partir do racismo dentro daquele espaço. O coletivo, junto de outros coletivos pretos dentro da universidade, foi um impulsionador dentro da luta universitária preta, foi muito importante na implementação das políticas de permanência do cotista dentro da universidade, assim como o movimento dos alojados, movimento de mães.

A construção de coletivos dentro da universidade torna-se um processo necessário diante das demandas e dos números de pretas e pretos inseridos nesses espaços brancos. Na Escola de Serviço Social da UFRJ, temos o Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social Dona Ivone Lara, que teve em 30 de outubro de 2017, porém antes dessa data, em 2016 no evento "Jornada de Integração Acadêmica da Pós- Graduação na luta pela implementação de das ações afirmativas na Pós - graduação da ESS/UFRJ". Para as cotas serem aplicadas na UFRJ, foi preciso uso da lei, determinação judicial, isso só ocorreu por conta da

mobilização dos estudantes, então a luta não seria diferente na pós-graduação graduação esses atos são desgastantes e repetitivos, mas não podemos parar. A necessidade do preto ser raivoso e meter o pé na porta é como fetiche para brancas e brancos, que não cansam de nos ver lutando pelo mínimo. Cabe a nós dar um basta.

Os coletivos são instituições que estão cada vez mais instrumentalizadas de saberes tanto de pretos quanto de brancos, e cada vez mais vem transformando esse saber em pontos positivos para a comunidade preta. Pensar na luta travada muito antes de 2012, antes mesmo de existir o MNU em 1978 em decorrência das do racismo e mortes na época. Até mesmo subir os morros criando as favelas. Vem desde que africano se negou a comer, desde que o africano preferiu morrer afogado a servir o branco, venho do africano que abriu clareiras nas matas, vem da Revolta de Malês, tudo reflete nos corpos pretos que marcham por não querer mais genocídio do povo preto, ao pretinho que corre as vielas brincando de polícia e ladrão porque o Estado não protege. Somos história, pois somos frutos das sementes passadas, somos filhos das lutas passadas, que vai completar 10 anos, as cotas.

O racismo vem de lá e de cá e te prende aqui e faz sufocar, escute os mais velhos, a oralidade preta é milenar. E como o poema *Gota do que não se esgota* do CUTI

Cota é só a gota, a derramar o copo, não a mágoa do corpo, mas energia represada que agora se permite e voa, em secular esforço de superar-se coisa e se fazer pessoa.

Cota é só a gota apenas nota de longa pauta a ser tocada com o fino arco em mãos calosas.

Cota é só a gota a explodir o espanto de se enxugar no riso a imensidão do pranto. Ela é só a gota ruindo pela base a torre de narciso, é só a gota entusiasmo na rota afirmativa que ameniza as dores da saga suas chagas de desigualdade amarga.

Cota é só a gota. Meta de quem pagou e paga desmedido preço de viver imposto e agora exige seu direito a voto na partição do bolo. É só a gota de um mar de dívidas contraídas pelos que sempre tornaram gorda a sua cota.

Cota é só a gota afrouxando botas de um exército para o exercício da equidade. Cota não reforça derrota, equilibra entre ponto de partida e ponto de chegada a vitória coletiva reinventada (CUTI, 2010, p. 73 - 74).

O poema do CUTI “Gota que não se esgota” reflete um processo da história na construção do Brasil, que foi calcada na escravização de pessoas pretas e indígenas, com o propósito de aumentar a cota bancária dos lusos invasores. A chegada dos europeus ao Brasil foi mais um percurso para engordar os bolsos e explorar quem aqui já estavam e africanos sequestrados. CUTI nos leva para o passado, mas nos devolve o presente, em que lutamos por igualdade e equidade, porém o chicote ainda bate nas costas, o direito de ser preto nessa sociedade ainda reflete o tempo passado. “Não tenho ilusão. O que temos em comum é o pó do qual somos feitos. É o pó que nos faz, mais nada. Mas o meu pó corre mais perigo. Meu pó vira cinza rápido. Quem incendeia? Pode ser a polícia, pode ser qualquer um (EVARISTO, 2018, p. 104).”

3.1. Eu, cria do Sul

A vida no morro é cheia de dificuldades, mas sempre sobra tempo para gente cantar aquilo que vai na alma, no coração. Um pandeiro, um violão, um cavaquinho, um tempero para um samba de raiz (SAMBA PURO, 1989, s/p)

O samba “É Morro, é Favela, é Gueto é Quilombo”, é um samba do mestre Paraquedas que retrata um Brasil visto a partir da Vila Maria da Conceição, localizada no bairro Partenon, Porto Alegre/RS, e percorre um Estado que se assemelha nas necessidades de um povo. E nessa cadência do samba da Academia de Samba Puro, lhe apresento o que me educou nesse processo de deseducação do preto. Minha mãe preta me apresentou a cadência do samba, o batuque africano, o respeito aos mais velhos, a mexida na panela, o samba como tradição, as religiões de matriz africana: "meu pai Bará", os cadernos para escrita, a vassoura para varrer, o esfregão para limpar. A comida boa, os perigos da rua, e as possibilidades de mudança que ela tinha naquele período. Me deu asas para voar enquanto outros estavam querendo podar, o sistema gritou em meus ouvidos: tu não vais a lugar algum neguinha. Mas sempre minha mãe dizia; estude guria, tu não és todo mundo, tu és a Karla Inajara.

O discurso de estudar sempre foi o que mais ouvíamos, mas vivíamos uma realidade tão cruel que era preciso escolher entre ler, escrever ou comer. A labuta

chegou cedo nos corpos pretos lá de casa. Como ela dizia: até para varrer rua precisa saber ler e escrever. E seguindo na entoada do Samba "no dia que o doutor compreender que quem vive na favela também tem direito a viver, viver com dignidade, sem opressão, sem maldade, então tudo vai mudar, vai mudar" (PARAQUEDAS, 1989, s/p). Nessa construção de cidadã, junto de minha mãe, a rua também me educou. Ao sair de casa, os braços já me apresentavam a realidade crua de uma favela sem saneamento básico, pavimentação, a violência na porta de casa, assim como o varejo de substâncias ilícitas (aprendi a distinguir o cheiro delas e o que elas causam). A meta era terminar o ensino médio, pois era tido como garantia de emprego e melhoria de vida. "Eu serei tratado como gente por aí, vou ter casa, comida e um trabalho onde ir. As crianças todo dia vão para escola estudar, e a velhice terá condição de descansar (PARAQUEDAS, 1989, s/p), mas para chegar nessa meta os obstáculos eram, são muitos, ainda hoje vemos um reflexo de 20, 30 anos atrás, isso que já estava num processo de evolução. E como o próprio samba diz: "Enquanto esse dia não vem, sou grito, sou luta, sou a voz de quem não tem. É morro, é favela, é gueto, é quilombo, é samba é quizomba meu povo" (PARAQUEDAS, 1989, s/p).

Nessa quizomba de percorrer vielas e não querer ser um corpo marginal na sociedade, driblo as opressões vividas por um jovem corpo feminino, a vivência coletiva que me reflete, que me transforma desde a infância, que a partir do acúmulo de saberes me leva ao complexo de quilombo, na busca sempre dos meus iguais. Porém, que nós sejamos diferentes daquilo que nos foi instituído pelo Estado racista que vivemos e que possamos referenciar o lado bom dessa pretitude. Desde o samba à dança afro. Do tambor ecoando nas casas de santo até mesmo sacudida do pandeiro na missa afrocatólica, dos passos que ficam nesse lugar que nos foi empurrado ao percurso universitário, da mãe preta que não para de me dizer não para eu continuar vivendo aos nãoos que levo da vida e transforma em sim.

Eu, cria do Sul, me vi criança dependente dos outros, mas logo cedo tive que depender de mim. Minha mãe não estava sempre comigo, tinha dias que eu nem a via, mas as palavras dela seguiam comigo. Quando aos 9 anos você entende que a vida não é um algodão doce, que a vida é corrida e não dá para esperar. Aos 10 já embalar a primeira criança, filho de minha irmã. Aos 12 já saber e que precisa livrar

seu corpo de um homem mais velho abusador que é seu vizinho e não contar para ninguém. E nesse mesmo período se encontrar em uma revolta que sente vontade de nada e não sabe em quem se agarrar, daí precisa tomar um sacode de uma mais velha dizendo que não faria o que eu mais gostava de fazer: jogar futebol e handebol, isso me trouxe de volta. De que aos 13 anos o primeiro 5 reais que recebeu do seu trabalho como trançadeira foi para leite e pão, de que nos 14 anos, antes disso até ter que cuidar da irmã mais velha que estava consumida por substâncias químicas ilícitas.

Cresci em um ambiente familiar diverso, de brigas e amores, de confusões, atritos e união. De querer mandar geral longe e depois vem aqui me dá um abraço. Minha mãe abraçava pouco, ela não dizia a frase; *eu te amo*. Aprendi que ela nos dizia que nos amava nos atos. Quando ia tirar a minha irmã da boca, quando mais de uma vez ficou de cara a cara para uma arma para que um dos nossos não fosse morto, quando ela vestiu meu irmão de mulher para fugir do morro e não ser morto, quando ela colocava o prato de comida na nossa frente, quando dividia o pão e o chá bem quente. Quando ela saía bem cedinho, ainda noite, e deixava todas as coordenadas do que tínhamos que fazer no dia: banho, escola, almoço, recriar, tema de casa na volta, café da tarde/janta. Quando dizia para não sairmos ou não levar alguém lá em casa e que tínhamos que cuidar um do outro. Quando fazia as festas de aniversário, em que ela fazia tudo. Quando em um Natal só tinha lentilha, juntou todos, conversou e dividiu e depois todos foram dormir. No passeio da escola que ganhei por ter ido bem, mas que ela me tirou do ônibus, e foi a primeira vez que senti ódio dela, mas hoje entendo os medos dela em deixar eu ficar cinco dias fora quando eu tinha dez anos. Nas diversas vezes que ela dizia não façam como eu, não tenham um monte de filhos, se cuidem. Falava do jeito dela, lembrava todos os dias que tudo tinha tempo. Quando ela defendia a minha tia do marido agressor. Quando ela reunia toda a família, desde do meu tio e tia com filhos, a todos os meus irmãos e irmãs, ela é o elo dessa família tão numerosa, as palavras dela ecoam em nós. Minha mãe era tomada de medos, insegurança, mas ela não podia parar, isso a movia, até hoje ela vive acelerada, se ele parasse nós não teríamos o que comer no dia, e no outro dia. Mas também é uma mulher tomada de esperanças, amores e sonhos. Ela nos ensinou a sermos mais que um corpo no mundo.

Ser cria de favela é se redobrar dentro de um sistema que te soca de cima para baixo, que não te dá o direito de sonhar e ser o que quiser ser. Me agarrei no que pude, na profissão trançadeira que me ajudou e ajuda no meu sustento, no esporte que me ajudou a percorrer vários caminhos, e me fez sentir o racismo de frente e forte a cada passo fora da favela sem cerimônias. A insistência de minha mãe em estudar me levou a leitura, que me fez ir bem na escola e ter meu primeiro emprego de carteira assinada aos 16 anos. De terminar a escola cedo, mas ter que optar por trabalhar para ajudar no sustento da família, e ficar preso nesse processo por anos. De voltar a estudar e aos 27 passar em uma das universidades mais conceituadas e racistas do país, a UFRGS. O reflexo desse processo está na minha família, está na construção do que eu sou hoje. Ter uma faixa de *bicho* 2013 estendida no beco inibiu a polícia de entrar na casa dos meus familiares.

Minha mãe, sem entender muito, fez uma faixa. No Rio Grande do Sul é super comum fazerem faixas estampando o feito que é entrar na universidade, ainda mais se for pública. Recordo dela me ligando pedindo informações sobre o curso que passei; "filha, eu pedi pra tua irmã, mas ela é lenta demais. Qual é o curso que tu passaste mesmo quero fazer uma faixa bem bonita e colocar aqui. Era pra ser surpresa, né...". Eu ri e chorei, ela entendia pouco, mas ela foi lá e fez. Essa faixa foi um marco nas nossas vidas. Os brigadianos passavam todos os dias no beco e forçavam a minha porta porque queriam entrar a todo custo, antes de eu morar lá, o local era usado para guardar drogas, minha mãe sempre intervia. Quando a faixa foi colocada questionaram quem era, minha mãe relatou que era filha dela, e que eu morava na casa que eles estavam quase arrombando. Ele se prontificou a abrir para eles vissem o que tinha, quando entraram viram que tinham muitos livros e papéis da universidade, então ficaram sabendo quem eu era, do horário que saía de casa até o horário que voltava. E nesse dia, eu voltei muito tarde e os mesmos policiais estavam no alto do morro se aprontando para adentrar os becos,, eram os que tinham entrado na minha casa.

Eu temerosa pedi para esperarem eu descer, um deles disse meu nome, eu fiquei chocada e com medo, mais do que já estava. "- *Karla, tu é a guria da universidade?*" Na minha cabeça só vinha como eles sabem disso. Eu olhei e dei um

sim, desci apavorada, cheguei no beco chamando a minha mãe e dizendo que os policiais sabiam quem eu era, daí ela contou tudo o que aconteceu. Essa faixa ficou mais de um ano estendida no meio do beco, diversas vezes perguntaram quem era, e desde então inibiu a polícia de entrar na minha casa, na casa da minha mãe e irmã que constantemente recebia "a visita surpresa" da polícia militar.

No dia 9 de agosto de 2013 soube da minha aprovação na UFRJ, foi um dos dias mais felizes da minha vida, chorei, gritei, abracei forte minha mãe e a ficha caiu. Como vou para o Rio de Janeiro sem um real no bolso? Liguei para a minha amiga/irmã Dina Prates, nos encontramos no meu trabalho, tentamos por muito tempo comprar a passagem de ônibus no cartão dela e nada. Ficamos tentando de tudo, vendo se alguém que tinha cartão para ajudar e nada, até que a Fabi Machado, minha outra amiga usou os dados do cartão do pai sem ele saber e ficamos procurando uma passagem, até que encontramos uma por 517 reais, eu lembro como se fosse hoje. Foi uma choradeira infinita, era choro de alegria, de felicidade. No dia 10 de agosto estava no Rio de Janeiro com 150 reais no bolso, dinheiro do caixinha do coletivo Negração, e uma kitnet em Bangu para dividir até receber a bolsa da universidade, que chegou tardiamente. Sem a coletividade eu não chegaria a lugar algum. Desde a crença da minha mãe e outros familiares, a irmandade que encontrei fora de casa. Nesse processo todo vários atravessamos, adoecimento, medos, resistência, uma luta para me manter firme e sã com uma cabeça cheia de dores, mas também cheia de sonhos e vontade de vitória, de mudança. É como a música da Luedji Luna:

Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar, ô
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte (LUEDJI LUNA, 2016).

Hoje, a partir desse corpo político migratório, somos 10 Raymundos no Rio de Janeiro, a universidade através das políticas de ações afirmativas e permanência, foi um diferencial, um processo importante que tem me ajudado a construir uma nova

narrativa para a minha família, junto dos saberes ancestrais do meu povo. Nesse processo de migração são mais de 10 Raymundos.

As similaridades entre os processos das famílias pretas são muitas, somos diversos, mas nos deparamos com a realidade de um povo que na busca de mudança da estrutura de pobreza familiar e que têm na educação formal suas fichas apostadas, mesmo com todo o processo difícil que é passar pela graduação em um ambiente tão desigual e tomado pelo racismo institucional. Somos corpos pretos políticos em movimento, agente de mudança de nós que afeta, que movimenta as famílias pretas, movimenta e abala, ao mesmo tempo que financia o Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A graduação e o meu período nela foi um dos momentos de maiores aprovações sobre quem eu sou e o que a sociedade impõe no que tenho que ser. abordar a vivência de famílias pretas, tendo a literatura negro-brasileira como um caminho, pois a escrevivência abordada cabe em mim e diversas outras pessoas pretas. A literatura negra-brasileira ajudou a enxergar o mundo, ajudou na construção da minha identidade. A escuta, fala e escrita de uma mulher preta colocando o Estado em cheque. Me deparar com escritos como esse:

10 DE MAIO - Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ela era tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e o país. Pensei: se ele sabe disto, por que não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem nas minhas dificuldades. O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (JESUS, 1960, p. 26).

As palavras de Carolina mostram que não estou sozinha nos meus questionamentos e tão pouco louca em questionar as coisas que ouvi, vi e vivi. Mostra a realidade de uma favela de São Paulo nos anos 50/60 que se repetiram nos anos 80/90 e que ainda são vivenciadas no Brasil de hoje. São ligações entre vidas pretas e ações que vêm do Estado, envolvendo as políticas públicas; educação, segurança, saúde. Escrever a partir da oralidade de uma mulher preta que narra sua vivência, e de sua família tanto presente quanto passada.

Partindo da história da família Amaral Raymundo, que fora construída a partir de Arina, mulher preta que foi “criada” por uma família alemã até a pré-adolescência que tinha o dialeto alemão na fala. Bertoldo, pai com dom da matemática, de mercar. Izaltina, uma avó preta dona do saber das ervas, da vida, mulher que conduzia a família através do seu saber ancestral. Elisa, mãe que narra a história de famílias pretas, a mulher preta que cuida, que ama, que é a amiga, a irmã, a neta, companheira, a mulher que é a ouvinte. E quem escuta a mãe preta? Quem sana as dores e as demandas da mãe preta? A coletividade preta e direitos respeitados, não

ver mais seus filhos como alvos desse desenfreado genocídio da população preta, que passa pelo arroz e feijão que falta no prato aos caminhos que percorremos nas ruas. Pensar em políticas sociais que é mais um processo das políticas públicas, mas que nos faz entender os passos que devemos dar, os espaços que podemos e devemos ocupar. Manter a escuta aguçada, ouvir as pretas velhas, os pretos velhos, olhos atentos e corpos firmes.

Século XXI e a sociedade ainda não está pronta para aceitar toda grandiosidade da mulher preta, do povo preto, quanto mais legitimar a sua oralidade. Vidas pretas são contadas, cantadas, dançadas, cada movimento de um corpo preto carrega, transborda África. A cultura, arquitetura, agricultura, ciência, culinária, e tanto outros aspectos, pontos, sem nossas mãos arando as terras, nossos pés fincados no chão, a riqueza no bolso dos brancos são seria a mesma, o sistema é programado para a supremacia branca. A literatura negro-brasileira é um reflexo da sociedade que vivemos, nos conta quem somos e em que lugar a sociedade civil e Estado nos colocam. Ela também nos conduz a nos olharmos. Nos coloca no centro e toma a África para si.

É uma volta para casa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Silvio Luiz de Almeida. – Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 204 p.

BALANTA - Nenhum Cotista a Menos. - Vitória da Negritude: As cotas não retrocedem. 2018. Disponível em: <
https://balanta-nenhumcotistaamenos.blogspot.com/?fbclid=IwAR3Oh86JJtVVMTP2F-ErShoXTBqnbZ8rxZSsR7NoV2uG5Loul_dLLi3qFaw > 20 de Novembro de 2021

CÉSAIRE, Aimé. *O discurso sobre a negritude*. Paris: Présence Africaine, 2010.

COLETIVO NEGRAÇÃO. História do coletivo. - 2012. Disponível em: <<http://coletivonegracao.blogspot.com/> > Último acesso: 20 de novembro de 2021

Conto do mar sem fim: antologia afro – brasileira/ [organização Pallas Editora]. - Rio de Janeiro: Pallas; Guiné-Bissau: Ku Si Mom; Angola: Chá de Caxinde, 2010. CUTI – Conluio das perdas – pg.: 177/183.

CUTI (Luiz Silva). Literatura negro – brasileira. In: BENEDITO, Vera. Coleção consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2010.

CUTI. Negroesia: antologia poética / Cuti. - 2. ed. - Belo Horizonte : Mazza Edições, 2010. 136 p.; 14 x 21 cm.

EVARISTO, Conceição - Da grafia - desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. - Publicado no livro Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. (org) Marcos Antônio Alexandre, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007, p 16 - 21.

EVARISTO, Conceição – Olhos d'água/ Conceição Evaristo – 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas Fundação Biblioteca Nacional 2016.

EVARISTO, Conceição, 1946– Becos da Memória/Conceição Evaristo. -1. ed – Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição.Ponciá Vicêncio / Conceição Evaristo. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FONSECA, Dagoberto José. Políticas públicas e ações afirmativas/ Dagoberto José Fonseca. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Benedito)

FU-KIAU, Kimbwandende kia Bunseki. *African cosmology of the bantu-kongo: principles of life and living*. Nova Iorque: Athelia Henrietta Press, 2001.

GHZ: Ponto lucrativo para o tráfico e comando é dividido: Vila Maria da Conceição tem histórico de disputas violentas. - 2019. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/06/ponto-lucrativo-para-traffic-o-e-comando-dividido-vila-maria-da-conceicao-tem-historico-de-disputas-violentas-cjxeyqu1e03eg01o9r78s5odz.html> > Último acesso: 20 de novembro de 2021

GIL, A. C. Antônio Carlos Gil - Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Nilma L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria política - cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (Jan./Jun.). 1998b, p. 69 - 82.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra - 1984.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de Despejo / Carolina Maria de Jesus - São Paulo: Editora Francisco Alves. 1° Ed. 1960.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIA DE ITAMARACÀ. Música: Desde Menina. Álbum: Ciranda Sem Fim. 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=FziSY0PqLPC> > Acesso: 20 de novembro 2021

LUEDJI LUNA. Música: Um Corpo No Mundo. Álbum: Um Corpo no Mundo. 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA>>. Acesso: 20 de novembro de 2021

MOURA Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo / Clóvis Moura. 5° ed.- Teresina: EdUESPI, 2012

MOURA, Clóvis - Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. Capítulo 1.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Negro. 2 ed. São Paulo. Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro / Clóvis Moura. São Paulo: Editora Átila - 1992

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado / Abdias Nascimento. - 3. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NOGUERA, Renato, 1972 - O ensino de filosofia e a lei 10.639 / Renato Nogueira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Pallas : Biblioteca Nacional, 2014. 136 . ; 21 cm.

OLIVEIRA, Eduardo. Epistemologia da Ancestralidade. - 2020. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_e_pistemologia_da_ancestralidade.pdf> último acesso: 20 de Novembro de 2021

Palestra: FU-KIAU: ANCESTRAIS. 2009. Disponível em:<<https://www.blackflix.com.br/post/fukianc2009> > último acesso 20 de Novembro de 2021

PARAQUEDAS, Mestre.- SAMBA ENREDO ACADEMIA DE SAMBA PURO: É morro, é favela, é gueto, é quilombo. Porto Alegre - 1989. Disponível no YouTube: <<https://www.youtube.com/watch?v=mKX2u8uJ-9Y>>: último acesso: 20 de Novembro de 2021

PAULA, Aline Batista. Educação, racismo e serviço social: lei 10.639 como possibilidade de construção de uma educação antirracista. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - XVI ENPESS*. 2018.

PEQUENA CASA DA CRIANÇA: Quem Somos. Disponível em: <<https://pequenacasa.org.br/quem-somos/>> Último acesso: 20 de Novembro de 2021

QUILOMBO HOJE: história do coletivo: missão. Disponível em <<https://www.quilombhoje.com.br/site/>> ultimo acesso 20, de Novembro de 2021

RAYMUNDO, Karla. (O bonde). In: LUIS, CAU. Favela em mim. Rio de Janeiro: Oriki, 2019.

RAYMUNDO, Karla. Sujeito preto (a subjetividade em ser um jovem preto). In: MAIA, Rosemere. Rio Revisto suas. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, pp p. 235-238.

REVISTA ONLINE: Oliveira Silveira. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/20-de-novembro/> > 18 de Novembro de 2021

SENADO FEDERAL. Estatuto da Igualdade Racial Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, do Sr. Paulo Paim, sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180155/Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf?sequence=7>>. Acesso em 19 nov. 2021.

SOBRAL Cristiane. Não vou mais lavar os pratos / Cristiane Sobral. - Brasília: Ed. do Autor, 2011. 128 p.; 21 cm. - (Coleção Oi Poema.; v.3

SOUZA, Forentina; LIMA, Maria Nazaré. Literatura afro-brasileira/organização Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares,

2006. 220p. Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829041615/pdf_257.pdf>.
Acesso em: 29 de abr. 2021.

TINGANÁ. - Breves Considerações sobre um traduzir negro ou tradução como feitiçaria. Revista Landa. Vol.7. N° 1 (2018)

TRINDADE, Solano. Poema: Tem gente com fome. - 1988. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/texto/tem-gente-com-fome/index.html> último acesso: 20 de novembro de 2021

WOODSON, Carter Godwin. A deseducação do Negro / Carter Godwin Woodson. São Paulo: Medu Neter Livros, 2018. 180 páginas. 1° edição.